TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA (TCE/BA)
QUARTA COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO (4ª CCE)
GERÊNCIAS DE AUDITORIA 4B E 4C

AUDITORIA OPERACIONAL EM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD)
POLÍCIA MILITAR DA BAHIA (PMBA)

PERIODO ABRANGIDO: 2014 A 2015

SUPERVISOR: CONSELHEIRO JOÃO EVILÁSIO VASCONCELOS BONFIM

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

1.2 INFORMAÇÕES SOBRE O AUDITADO

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

1.4 OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA

1.5 METODOLOGIA E FONTES DE CRITÉRIO

2 RESULTADO DA AUDITORIA

2.1. Recursos Financeiros, Humanos e Materiais

2.1. 1 Recursos Financeiros

2.1.1. 1 Insuficiência de Recursos financeiros para desenvolver as atividades do PROERD

2.1. 2 Recursos Humanos

2.1.2. 1 Insuficiência de instrutores para atender a demanda de atividades do Programa.

2.1.2. 2 Demora para realização de cursos de reciclagem (atualização para o currículo Caindo na Real) e de capacitação para instrutores do PROERD

2.1. 3 Recursos Materiais

2.1.3. 1 O PROERD não disponibiliza os recursos técnicos e mobiliários necessários para os instrutores aplicarem todos os currículos

2.1.3. 2 Insuficiência de informações disponíveis nos controles internos do PROERD

2.2. Cobertura do Programa

2.2. 1 Falta de normatização para a seleção das escolas a fim de seguir o critério de priorizar áreas de risco quanto ao consumo de drogas

2.2. 2 Pouca articulação do PROERD com outros órgãos da estrutura governamental visando angariar benefícios para o Programa

2.2. 3 Os procedimentos usados para divulgação do PROERD na comunidade escolar estão concentrados na PM.

2.2. 4 Currículo para pais de alunos é aplicado regularmente pelos instrutores

2.3. Monitoramento e Avaliação do Programa

2.3. 1 Ausência de planejamento institucional e de fixação de metas para avaliar a eficiência e a eficácia do Programa

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

2.3. 2 Boa aceitação do programa pelos diretores/professores das escolas, instrutores e alunos

2.3. 3 Mudança positiva da percepção dos alunos quanto a imagem da PM

3 PRONUNCIAMENTO DO GESTOR

4 CONCLUSÃO

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS E FIGURAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE ANEXOS

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

RELATÓRIO DE AUDITORIA OPERACIONAL

1 INTRODUÇÃO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Natureza:	Auditoria Operacional
Objeto Auditado:	Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD
Conselheiro Supervisor:	João Evilásio Vasconcelos Bonfim
Ordem de Serviço:	SGA nº 002/2016
Período abrangido pela auditoria:	Exercícios de 2014 e 2015
Período de realização dos exames:	01/06/2015 a 30/06/2016

1.2 INFORMAÇÕES SOBRE O AUDITADO

1.2.1 Órgãos Responsáveis

Denominação: **Polícia Militar da Bahia (PMBA)**
Natureza jurídica: Órgão em Regime Especial da Administração Direta
Finalidade: Preservar a ordem pública, a vida, a liberdade, o patrimônio e o meio ambiente, de modo a assegurar com equilíbrio e equidade, o bem-estar social, na forma da Constituição do Estado da Bahia.

Endereço: Praça Azpicueta Navarro, s/nº, Largo dos Aflitos, Campo Grande, CEP 40060-030, Salvador/Bahia.

Titular/Patente: **Coronel PM Anselmo Alves Brandão**
Cargo: Comandante Geral da Polícia Miliar da Bahia
Nomeação: 08/01/2015

Titular/Patente: **Coronel PM Antônio José Barbosa Reis**
Cargo: Comandante do Subcomando Geral da Polícia Militar da Bahia
Nomeação: 08/01/2015

Titular/Patente: **Coronel PM Jorge Damasceno da Silva Couto**
Cargo: Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) e Coordenador Geral do PROERD
Nomeação: 11/04/2015

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Titular/Patente: **Coronel PM Mozart Santos Lima**
Cargo: Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) e Coordenador Geral do PROERD
Período: 18/06/2011 a 11/04/2015

1.2.2 Finalidade e Competência

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) é uma ação desenvolvida exclusivamente pelos Batalhões e Companhias Independentes da Polícia Militar e tem por finalidade o controle da violência e da criminalidade em complemento às ações preventivas ao uso indevido e tráfico de drogas.

É um dos componentes do rol de políticas educacionais desenvolvidas pelo antigo Departamento de Ensino (DE), atual Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) que tem por finalidade planejar, dirigir, controlar, avaliar e fiscalizar as atividades de ensino, pesquisa e cultura da Polícia Militar, emitindo diretrizes educacionais para as organizações a ele tecnicamente subordinadas, a exemplo do PROERD.

O PROERD é vinculado administrativamente ao Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP), cujo Coordenador Geral também é o Comandante do IEP, conforme consta da Portaria n° 038–CG/2007, artigo 6º, letra "a", expedida pelo Comando Geral da PMBA, que institui e regulamenta o Programa.

1.2.3 Estrutura Organizacional

Conforme a citada Portaria, a estrutura determinada para a Administração do PROERD, na Corporação Militar, verticalmente hierarquizada, está assim definida:

a) Coordenação Geral – Cargo a ser desempenhado pelo Diretor-Geral do atual Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP), antigo Departamento de Ensino (DE) da PMBA. Existe ainda o Vice-Coordenador Geral, a cargo do Chefe da Coordenação de Planejamento e Controle Pedagógico e a Comissão de Orientadores Educacionais, composta por oficiais técnicos em educação do IEP;
b) Coordenações de Áreas – uma para a Capital e Região Metropolitana e outra para o Interior;
c) Coordenações Setoriais e Regionais – executam projetos educacionais do PROERD.

À Comissão de Orientadores Educacionais compete o planejamento, o acompanhamento técnico-pedagógico, o controle e a secretaria dos eventos educacionais

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

A Lei Federal nº 11.343/ 2006, regulamenta o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e sugere, entre outras determinações, a implementação de políticas de formação continuada para os profissionais de educação, nos três níveis de ensino, que abordem a prevenção ao uso indevido de drogas.

De acordo com o PPA 2012-2015, o Programa Pacto pela Vida (PPV), instituído pela Lei nº 12.357/11, em seu artigo 7º, tem como objetivo promover a redução da criminalidade e violência no Estado, com ênfase na prevenção e combate aos crimes violentos, letais e intencionais.

Visa, portanto, a paz social, por meio de ações policiais integradas pelas unidades que compõem o sistema de segurança pública, além de exercer atividades policiais preventivas mediante a aproximação da polícia com a comunidade.

Assim, institui-se diversas ações no Pacto pela Vida, dentre as quais destacamos a Incorporação de Hábitos Saudáveis e Combate a Drogadição nas Unidades Escolares, no âmbito do qual está alocado o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD).

O PROERD é muito específico e singular no Estado, quanto à forma peculiar de aplicação. É a versão brasileira do Programa Norte-Americano D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*), criado em 1983 por policiais militares e professores norte-americanos, com metodologia reformulada em 1998, por equipe de cientistas americanos. Adota símbolos representativos a exemplo dos apresentados nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Logomarca do PROERD

Figura 2 – Leão DAREN, mascote do PROERD

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

É um Programa direcionado às crianças e aos adolescentes matriculados na rede pública e particular, com metodologia voltada para a prevenção ao uso e tráfico de drogas e de todas as formas de violência. Atua nas escolas através da aplicação de aulas ministradas exclusivamente por policiais militares que, após participarem de um curso de formação, tornam-se Instrutores do PROERD.

Cada Currículo tem uma cartilha específica, traduzida e adaptada à realidade de cada país, sob a chancela do D.A.R.E., instituição Norte Americana que detém os direitos de uso da metodologia. As cartilhas são distribuídas aos alunos pelos policiais instrutores durante as aulas.

O PROERD já foi implantado em mais de 50 países e está no Brasil desde 1992, onde chegou inicialmente através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e daí se expandiu para todo o território nacional.

A Polícia Militar da Bahia aderiu ao PROERD em 2003 mas a efetiva implantação deu-se a partir de 2005, em Paulo Afonso, embora algumas escolas e alunos já tivessem sido atendidos a partir de 2003. Atualmente, na Bahia, são aplicados os currículos PROERD para alunos da Educação Infantil e os do quinto e sétimo ano do Ensino Fundamental.

O D.A.R.E. adota para o PROERD, desde meados de 2011, uma nova metodologia denominada “Caindo na REAL” para elaborar as cartilhas, com critérios científicos, em substituição à antiga, sem base científica. Exemplificamos uma dessas cartilhas elaboradas para o quinto ano, através das Figuras 3 e 4.

Figura 3 – Modelo de capa de uma cartilha para o 5º ano – metodologia antiga

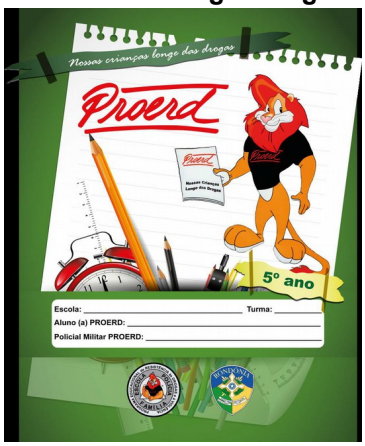
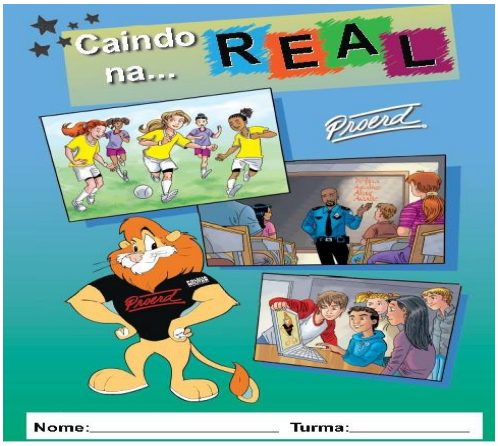


Figura 4 – Modelo de capa da cartilha para o 5º ano (metodologia atual denominada "Caindo na REAL")



Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

As aulas ministradas abordam temas sobre integração social, noções de cidadania, promoção da autoestima, além de ensinar maneiras para recusar qualquer tipo de aliciamento. Em razão de ser aplicado apenas por militares, o curso também propicia a aproximação da Polícia Militar com a família, a escola e a comunidade.

Ao final das aulas ocorre a festa de formatura e a distribuição de convites, certificados, brindes e lanches aos alunos, ocasião em que eles firmam o compromisso de se manterem afastados das drogas e da violência. As Figuras a seguir, enumeradas de 5 a 7, são representativas dessa etapa.

Figura 5 – Foto de modelo de convite para formatura do PROERD

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO NORTE
75ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR

O Exmº Senhor Cel PM José Anselmo Brandão - Comandante Geral da Polícia Militar, o Senhor Cel PM Jorge Damasceno da Silva Couto - Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa, o Senhor Ten Cel PM Carlos Alberto Neves da Silva – Respondendo pelo Comando do CPRN e o Senhor Maj PM Iriam Gouveia de Mattos - Comandante da 75ª Companhia Independente de Polícia Militar, convidam V.Sª e dignissima família para participarem da solenidade de Formatura da turma/2015.2 do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, promovido pela Polícia Militar da Bahia em parceria com as Escolas Municipais e a comunidade.

Local: Escola Jose Pereira da Silva
Endereço: Av. São Francisco, S/N, Itaberaba
Data: 27 de novembro de 2015
Horário: 08h30min.

Figura 6 – Foto de modelo de certificado de conclusão do PROERD

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA
PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS
5º BPM - EUCLIDES DA CUNHA
2ª CIA -TUCANO

CERTIFICADO

Certificamos que *Adenir Pablo Santos Silva* frequentou com assiduidade e aproveitamento o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, currículo 5º ANO Grupo Escolar Maria Aydil Borges Martins Prado, promovido pela Polícia Militar da Bahia.

Tucano, 08 de Dezembro de 2015

Sgt PM

Coordenador Estadual do PROERD — Instrutor PROERD

Figura 7 – Foto de modelo de camisa distribuída aos alunos do PROERD na formatura

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

1.3.1 Dados estatísticos sobre incidência de homicídios vitimando adolescentes (IHA) e atuação do PROERD na Bahia

Os dados a seguir foram extraídos do trabalho intitulado Homicídios na Adolescência no Brasil – IHA 2012, que visou apurar a incidência de homicídios tendo como vítimas os adolescentes, através de apuração do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA),cuja última apuração foi naquele ano.

Foi realizado pelo Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), através de iniciativa coordenada pelo Observatório de Favelas, em conjunto com o UNICEF e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2014, obtido, no site: http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2015/01/IHA_2012.pdf .

O citado índice, estima o risco que adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, têm de perder a vida por causa da violência. Para a elaboração do IHA 2012, foram analisados 288 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. O índice ideal esperado nas pesquisas para o citado índice deveria ser próximo a zero.

A pesquisa por região geográfica, constatou que dentre as 5 regiões brasileiras, o Nordeste está em primeiro lugar, sendo, portanto, a região brasileira mais letal para os adolescentes, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Apuração do IHA Por Região Brasileira – Ano 2012

Localização (Região)	IHA	Número esperado de mortes entre 12 e 18 Anos (2013 a 2019)
Região Nordeste	5,97	16.180
Região Centro-Oeste	3,74	3.575
Região Norte	3,52	3.908
Região Sul	2,44	3.854
Região Sudeste	2,25	14.323

Fonte:Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012 – Unicef www.unicef.org/brazil/pt/br_IHA2012.pdf

A evolução do IHA no período de 2005 até 2012, por unidades da federação, apurou que o estado da Bahia está em segundo lugar quanto a morte de adolescentes, sendo superado apenas por Alagoas, conforme tabela seguinte.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Tabela 2 – Distribuição do IHA pelas Unidades da Federação/Brasil

Posição	Unidade Federativa	IHA
1º	Alagoas	8,82
2º	Bahia	8,59
3º	Ceará	7,74
4º	Espírito Santo	7,15
5º	Paraíba	6,04
6º	Rio Grande do Norte	5,80
7º	Goiás	4,82
8º	Pará	4,55
9º	Distrito federal	3,76
10º	Pernambuco	3,60
11º	Sergipe	3,58
12º	Minas Gerais	3,52
13º	Amapá	3,32
14º	Amazonas	3,30
15º	Paraná	3,12
16º	Mato Grosso	2,98
17º	Rio de Janeiro	2,71
18º	Rio Grande do Sul	2,51
19º	Maranhão	2,42
20º	Rondônia	2,36
21º	Piauí	2,26
22º	Mato Grosso do Sul	1,91
23º	Roraima	1,80
24º	Tocantins	1,43
25º	São Paulo	1,29
26º	Acre	1,22
27º	Santa Catarina	1,14

Fonte:Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012 – Unicef www.unicef.org/brazil/pt/br_IHA2012.pdf

Ainda segundo a citada publicação

> O estado da Bahia reúne mais de 70% dos municípios mais críticos da região Nordeste, entre eles Salvador. Além disso, é na Bahia que se encontra a cidade com o IHA mais elevado em 2012, entre os municípios com mais de 100 mil habitantes. Trata-se de Lauro de Freitas, que registrou um índice de 18,87.

Dentre os 20 municípios brasileiros com mais de 200 mil habitantes e com maior IHA, Itabuna aparece em primeiro lugar, com cerca de 17,11 adolescentes perdidos para cada grupo de 1.000. Observa-se que outros 4 municípios baianos estão presentes neste ranking, incluindo Salvador.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Tabela 3 – Ranking dos 20 municípios com mais de 200 mil habitantes, segundo o IHA apurado – ano 2012

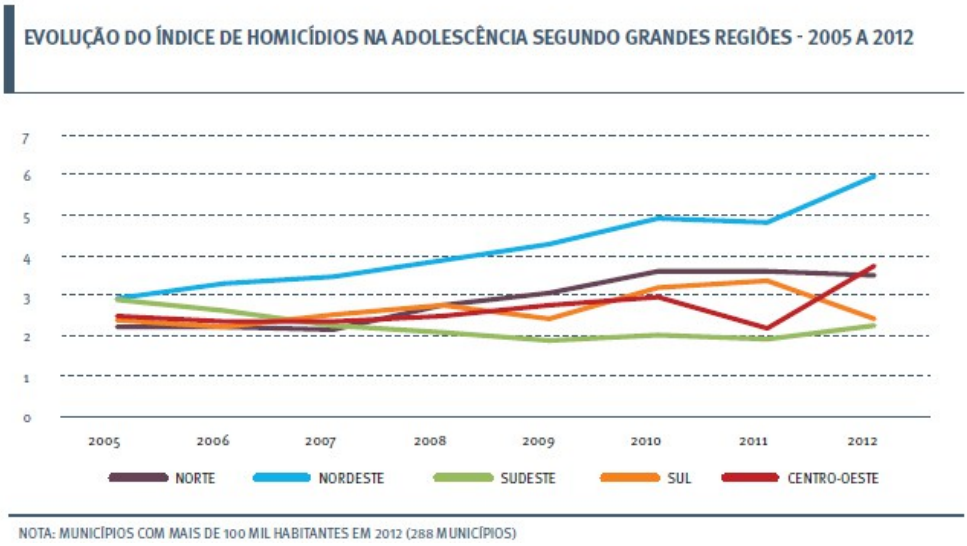
Ordem	UF	Município	IHA 2012
1º	BA	Itabuna	17,11
2º	ES	Cariacica	10,47
3º	ES	Serra	9,95
4º	CE	Fortaleza	9,92
5º	BA	Camaçari	9,82
6º	AL	Maceió	9,37
7º	CE	Maracanaú	8,81
8º	BA	Vitória da Conquista	8,70
9º	BA	Salvador	8,32
10º	ES	Vila Velha	8,22
11º	MG	Governador Valadares	7,35
12º	RN	Parnamirim	6,81
13º	BA	Feira de Santana	6,79
14º	AL	Arapiraca	6,70
15º	PA	Ananindeua	6,62
16º	PR	Foz do Iguaçu	6,61
17º	RS	Viamão	6,49
18º	PB	João Pessoa	6,49
19º	PR	Colombo	6,43
20º	PR	Cascavel	6,42

Fonte:Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012 – Unicef www.unicef.org/brazil/pt/br_IHA2012.pdf

Os dados evolutivos regionais demonstram uma taxa crescente do IHA para a Região Nordeste no período de 2003 a 2012, conforme gráfico citado apresentado na publicação, como veremos a seguir:

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Figura 8 – Gráfico da evolução do índice de homicídios vitimando adolescentes segundo as regiões geográfica do Brasil – de 2005 a 2012



Fonte:Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012 – Unicef www.unicef.org/brazil/pt/br_IHA2012.pdf.

Os estudos realizados no citado Trabalho, concluem que em 2012, a mortalidade por homicídio na população adolescente entre 12 e 18 anos foi a mais alta dos últimos 8 anos, com base na evolução do IHA e que, mantidas as condições atuais, de 2013 e 2019 estima-se que, aproximadamente 42 mil vidas adolescentes serão perdidas nos municípios com mais de 100 mil habitantes. Por essa razão, o trabalho sugere que "Medidas de prevenção e redução da letalidade na adolescência precisam ser desenvolvidas em breve, sobretudo no Nordeste, que é a região tanto de maior incidência quanto de maior crescimento."

Segundo Gabriel Medina, Secretário Nacional de Juventude, da Secretaria de Governo do Brasil:

> (…) o fenômeno da violência é multicausal, articulando-se com a educação, quando ocorre a evasão escolar; com a pobreza, com os territórios mais vulneráveis, com a presença do crime organizado ou da ação indevida das milícias; e relacionado diretamente com o racismo, sendo este uma questão estrutural da violência.

As grandes desigualdades sociais no Estado reforçam a necessidade de adoção de programas e políticas públicas preventivas voltadas para atender os grupos mais vulneráveis, dentre estes, as crianças e os adolescentes. Uma dessas medidas preventivas adotadas pelo Governo do Estado desde 2003 é o PROERD.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Contudo, diferentemente da evolução do IHA, a atuação do PROERD não tem sido progressiva, constante e crescente, havendo irregularidade quanto ao total de escolas e alunos atendidos ao longo dos anos, conforme se verifica na tabela a seguir.

Tabela 4 – Quantitativos de escolas e alunos atendidos pelo PROERD de 2003 a 2015

Ano	Capital/RMS		Interior		Geral	
	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos
2003	7	661	53	8.829	60	9.490
2004	11	991	61	9.725	72	10.716
2005	13	1.387	68	10.034	81	11.421
2006	17	1.928	79	11.993	96	13.921
2007	29	3.224	97	16.922	126	20.146
2008	236	18.441	556	39.288	792	57.729
2009	223	16.459	416	22.660	639	39.119
2010	164	12.368	364	24.060	528	36.428
2011	185	13.031	360	21.328	545	34.359
2012	111	7.180	344	18.255	455	25.435
2013	174	9.898	367	20.024	541	29.922
2014	148	10.258	374	26.585	522	36.843
2015	147	9.326	647	50.846	794	60.172
Total	**1.465**	**105.152**	**3.786**	**280.549**	**5.251**	**385.701**

Fonte: Relatório Anual das Atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas PROERD de 2015.

Ressalte-se que, em 2015, o PROERD atuou em 88 dos 417 municípios baianos, correspondendo ao atendimento de 21,10%.

Segundo a Portaria nº 38 – CG/2007, do Comando-Geral da PMBA, o PROERD será desenvolvido **em todo o Estado da Bahia** por meio de Batalhões da Polícia Militar e/ou Companhia Independente da Polícia Militar. (Grifos nossos)

1.4 OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA

Verifica-se um preocupante crescimento nos índices da violência no Estado da Bahia e no Brasil, fortemente influenciado pelo consumo de drogas – ilícitas e lícitas – entre crianças e adolescentes.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

No Relatório do V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino-2004, produzido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), resultante de levantamento estatístico realizado em 27 capitais brasileiras, abrangendo 48.155 estudantes, dos quais, 71,6% cursavam o ensino fundamental, consta opinativo, em relação a idade do primeiro uso das drogas, sendo afirmado que:

> As drogas legais, álcool e tabaco, foram as drogas com a menor média de idade para o primeiro uso (12,5 anos e 12,8 anos, respectivamente). A maconha aparece com média de 13,9 anos e a cocaína com média de 14,4 anos. Estas constatações são importantes para as estratégias de prevenção, que devem começar ao redor dos 10 anos de idade e privilegiar o álcool e o tabaco.

O álcool e o tabaco além de serem as drogas utilizadas mais precocemente, são as mais consumidas pelos adolescentes, seguidas dos inalantes. Quanto aos medicamentos, drogas lícitas, mas, às vezes, com uso ilícito (uso abusivo e sem receita médica), em média, tiveram o seu primeiro uso aos 13 anos de idade, dentre os estudantes, conforme consta no retrocitado relatório.

Desta forma, em razão da atualidade e importância do tema, tornou-se relevante a continuidade de adoção de políticas públicas que dessem seguimento ao trabalho contínuo de prevenção e combate ao uso de drogas, focado na comunidade escolar do ensino fundamental e médio.

O PROERD tem por objetivo o combate às drogas. Usando concepção científica, tem atuação exclusivamente dedicada à prevenção primária, ou seja, objetivando criar mecanismos de defesa na criança e no adolescente contra o uso das drogas e da violência.

O objetivo desta auditoria foi avaliar se o Programa está alinhado com a Política Nacional de Segurança Pública quanto aos serviços oferecidos pela Polícia Militar do Estado da Bahia na prevenção ao uso das drogas e da violência por crianças e adolescentes escolares. Nesse enfoque, buscou-se constatar se o PROERD está estruturado e organizado material e administrativamente para atender aos seus objetivos, se está auferindo aos resultados esperados, buscando ainda identificar fragilidades que podem interferir no seu desempenho.

A auditoria foi realizada a partir de três eixos, elencados na Matriz de Planejamento: Recursos financeiros, humanos e materiais; Cobertura do Programa; e Monitoramento e Avaliação do Programa, objetivando responder as seguintes questões:

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

- **EIXO 1:** Em que medida os recursos financeiros, humanos e materiais têm contribuído para o atendimento dos objetivos do Programa.
- **EIXO 2:** Em que medida as ações do PROERD têm atuado no sentido de abranger as escolas das diversas regiões do Estado, priorizando aquelas localizadas em áreas de maior risco de ocorrência de uso de drogas.
- **EIXO 3:** Em que medida as ações do Programa vêm sendo monitoradas e avaliadas quanto a sua eficácia e efetividade.

No transcorrer da auditoria foram identificados pontos falhos que afetam a execução do PROERD ou que interferem no seu resultado, conforme apresentado neste relatório. As pesquisas e evidências da auditoria foram obtidas com base em exame documental, aplicação de questionários e de entrevistas realizadas com Coordenadores do Programa, instrutores, diretores/professores de escolas, alunos além de consultas na internet.

Durante a auditoria sofremos algumas limitações quanto a obtenção de documentos solicitados, impactando no aumento do prazo para realização dos trabalhos. Assim, retardamos o início da aplicação dos questionários, em razão de falta de dados para seleção e uso na viagem. Alguns foram entregues com atraso e outros não foram entregues. Estes, se encontram relacionados no Anexo I desse relatório. Além disso, não foi possível aplicar questionários com os pais dos alunos, devido a dificuldades em localizá-los e ao tempo escasso da viagem.

1.5 METODOLOGIA E FONTES DE CRITÉRIO

Na fase de planejamento coletamos dados relevantes para conhecer o Programa, mediante pesquisas e entrevistas com os envolvidos. De posse dessas informações, aplicamos as seguintes técnicas de diagnósticos usadas em auditorias dessa natureza: árvore de problemas, análise *SWOT*, diagrama de verificação de risco e análise *stakeholder* para fazer um diagnóstico do Programa. Concluída esta fase, elaboramos a Matriz de Planejamento na qual foram elencados e definidos os pontos a serem investigados mais profundamente. Validada a Matriz, elaboramos os questionários a serem aplicados durante a execução da Auditoria.

Na fase de execução, utilizamos estratégias metodológicas para responder às questões formuladas no planejamento: pesquisa documental, utilização de dados primários (questionários e entrevistas estruturadas) e visitas de estudo. Nessa etapa foi realizado um teste-piloto, sendo procedida uma visita exploratória em duas escolas públicas municipais localizadas em Salvador, que objetivou, principalmente, aperfeiçoar os instrumentos de coleta de dados e mensurar o tempo necessário para a execução dos trabalhos em cada município, validando a estratégia metodológica proposta.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Ainda nesta fase foram visitadas 79 escolas situadas na Capital, Região Metropolitana de Salvador (RMS) e Interior do Estado, em 40 municípios. Neles foram aplicados questionários com 135 diretores/vice/professor de escolas, 467 alunos do PROERD, 8 Coordenadores de área. Além desses, realizou-se entrevistas com o Coordenador Geral do Programa, o Coordenador Executivo, 2 Coordenadores Setoriais (capital e interior do Estado) e 54 policiais instrutores.

Os municípios selecionados foram distribuídos em 4 roteiros, sendo estabelecido que a quantidade de municípios poderia variar para mais ou menos, dependendo da capacidade operacional da equipe de auditores e da maior ou menor concentração de escolas participantes do PROERD no município. A Tabela a seguir demonstra os municípios visitados, a OPM a que estão vinculados e o total de escolas onde foram aplicados os referidos questionários.

Tabela 5 – Municípios, visitados onde aplicados questionários pela Auditoria

Roteiro	Municípios Visitados	OPMs de vinculação desses municípios (Sigla/Localização)	Escolas (quantidade)		
			Total	Visitadas	%
1	Casa Nova, Feira de Santana, Filadélfia, Juazeiro, Jacobina, Caém, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Governador Mangabeira, e Serrinha. **Total: 11 municípios**	3º BPM/Juazeiro; 6º BPM/Senhor do Bonfim;16º BPM/Serrinha; 24ª CIPM/ Jacobina; 25ª CIPM/ Casa Nova; 65ª CIPM/Feira de Santana; 66ªCIPM/Feira de Santana; 73ª CIPM/Juazeiro; 74ª CIPM/Juazeiro; 75ª CIPM/Juazeiro; 76ª CIPM/Juazeiro. **Total: 11 OPMs**	125	20	16,00
2	Alagoinhas, Algodões, Banzaê, Tucano, Caldas de Cipó, Cícero Dantas, Jeremoabo, Quijingue, Ribeira do Pombal, Ribeira do Amparo, Glória, Paulo Afonso. **Total: 12 municípios.**	4º BPM/ Alagoinhas; 5º BPM/ Euclides da Cunha; 20ºBPM/ Paulo Afonso; 21ª CIPM/ Cipó. **Total: 4 OPMs**	127	20	15,75
3	Amélia Rodrigues, Cruz das Almas, Castro Alves, Cachoeira, Muritiba, Mutuípe, Conceição do Jacuípe, Santo Amaro. **Total: 8 municípios**	14º BPM/ Santo Antônio de Jesus, 20ª CIPM/Santo Amaro de Jesus, 27ª CIPM/Cruz das Almas. **Total: 3 OPMs**	46	16	34,78
4	Salvador, Lauro de Freitas, Vera Cruz, Itaparica, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Dias D´Avila, Camaçari. **Total: 9 municípios**	12º BPM/ Camaçari; 5º CIPM/Vera Cruz; 10ª CIPM/Candeias; 1ª CIPM/ Pernambués; 3ª CIPM/ Cajazeiras; 17ª CIPM/ Uruguai; 23ª CIPM/ Tancredo Neves; 50ª CIPM/ Sete de Abril; 52ª CIMP/ Lauro de Freitas, 36ª CIPM /Dias Dávila; 81ªCIPM /Itinga. Total: **11 OPMs**	131	23	17,56
Total	**40**	**28**	**429**	**79**	**18,41**

Fonte: Levantamentos realizados pela equipe de auditoria e documentos fornecidos pelo PROERD com base de dados em 2014, a exceção do roteiro 4 que teve sua base de dados fixada em 2015. Não foi fornecida a relação de escolas com PROERD em 2015 referente as escolas situadas no interior do Estado.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Durante a seleção e aplicação dos questionários nos municípios tivemos as seguintes limitações:

1) Estabeleceu-se, inicialmente, que seriam visitadas 02 escolas em cada município, selecionadas previamente. Contudo a Coordenação do PROERD não encaminhou tempestivamente a relação de todas as escolas com atuação do PROERD em 2015, situadas no Interior do Estado, conforme comentado no item 1.4.

   Assim, a seleção de escolas localizadas no interior do Estado teve por base a relação daquelas atendidas em 2014. Àquelas atendidas em 2015, somente foram conhecidas durante às visitas, mediante informação pelos instrutores policiais nas OPM´s. Por sua vez, as escolas localizadas em Salvador e Região Metropolitana foram selecionadas por meio das informações fornecidas pela Coordenação.

2) Apesar de termos elaborado questionário para pais de alunos, não foi possível aplicar, devido a dificuldades para obtermos os endereços e à escassez de tempo para entrevistarmos o corpo docente e discente nas escolas e ainda nos deslocarmos para as residências de cada pai de aluno que nem sempre reside próximo.

3) Embora tenhamos feito uma previsão quantitativa dos questionários a serem aplicados nas escolas, na prática esse número variou para mais ou para menos, devido a demanda de professores e alunos ou à escassez deles (período de provas) quando os alunos não permanecem o turno completo nas escolas, por exemplo. Situações peculiares e independentes à nossa vontade.

Após aplicarmos os questionários, os dados obtidos foram tabulados, sendo usado o software *Survey Monkey* para realizar a tarefa. Ressaltamos que os percentuais apurados por esta ferramenta tomam por base o número de pessoas que responderam cada questão, ignorando as respostas em branco. Assim, consideramos mais prudente recalcular os percentuais apresentados, de forma que tivéssemos como base o número total de pessoas que efetivamente responderam as perguntas.

A aplicação das técnicas contribuiu para o entendimento do objeto auditado, para a identificação das principais áreas de risco, de possíveis falhas de controle interno e outras deficiências que podem comprometer o alcance dos objetivos almejados para o PROERD, além de verificar a opinião dos usuários sobre a efetividade do Programa.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Concluída a consolidação dos dados e emitidos os relatórios, elaboramos o documento denominado Matriz de Achados de Auditoria, contendo todos os fatos relevantes apurados mediante a aplicação dos questionários, análises documental e das entrevistas realizadas, bem como das constatações feitas por observação direta durante as visitas. A validação da Matriz ocorreu em painel realizado em 20/06/2016, promovendo os ajustes necessários apontados pelos convidados presentes ao evento.

Finalmente passamos a fase de elaboração do presente relatório final de auditoria, contextualizando os achados e fazendo as recomendações que consideramos importantes para que os objetivos do PROERD possam ser alcançados de forma mais eficaz e efetiva.

Nesta Auditoria foram utilizadas, principalmente, as seguintes fontes de critérios:

- Constituição Federal;
- Constituição Estadual;
- Decreto Federal nº 7.426, de 7 de Janeiro de 2011-Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, bem como sobre remanejamento de cargos para a Defensoria Pública da União;
- Portaria nº 38-CG/2007, expedida pelo Comando Geral da PMBA, que institui e regulamenta o PROERD; e
- PPA 2012-2015 do Estado da Bahia;
- Decreto 2.817 que regulamente o PROERD em Santa Catarina

2 RESULTADO DA AUDITORIA

Conforme comentado no item 4, esta Auditoria enfocou 3 eixos temáticos, de forma que os resultados apresentados a seguir serão abordados consoante esta metodologia adotada.

2.1 Recursos Financeiros, Humanos e Materiais

Este tema foi objeto do Eixo I, que buscou respostas para as perguntas:

- **Questão 1) Em que medida os recursos orçamentários, financeiros, humanos e materiais têm contribuído para o atendimento dos objetivos do Programa.**

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

- Subquestão 1A) Se há previsão orçamentária e disponibilidade financeira satisfatória para o desenvolvimento do PROERD.

- Subquestão 1B) Se o quantitativo de pessoal é suficiente e capacitado para atender a demanda de atividades do Programa.

- Subquestão 1C) Se os recursos materiais, técnicos e mobiliários são adequados e suficientes para aplicação do Programa.

Eis os achados, seguidos de nossas recomendações:

2.1.1 Recursos Financeiros

2.1.1.1 Insuficiência de recursos financeiros para desenvolver as atividades do PROERD

Da análise dos questionários aplicados e da percepção obtida nas visitas aos municípios selecionados, verificou-se que o Programa vem enfrentando dificuldades operacionais, devido à falta de recursos financeiros para atendimento de suas necessidades.

As dificuldades enfrentadas pela Coordenação Geral do PROERD para angariar recursos necessários para atendimento das despesas do Programa acarretaram, principalmente, a escassez de material didático, ou seja, falta das cartilhas do currículo no ensino fundamental que são distribuídas aos alunos pelo instrutor, prejudicando o atendimento no 5º e 7º ano. Escassos também são os recursos tecnológicos, equipamentos audiovisuais para ministrar atividades do Programa e os recursos financeiros para realização de gastos com as formaturas dos alunos.

Conforme nossas constatações e declaração do Diretor Adjunto do Departamento de Planejamento da PM/BA, por meio do Ofício n° 3349/2015 – SEC, protocolado em 28/09/2015 neste TCE, não há crédito orçamentário específico para atendimento dos gastos com o PROERD e nem repasse de recursos por nenhum meio previsto na Lei Federal nº 4.320/64.

Afirmou ainda, o citado dirigente, que a Polícia Militar contribui apenas com as despesas de instrução (honorários de ensino) ministrada por policiais militares, nos termos do art. 102, §1°, item “i”, da Lei Estadual nº 7.990/2001. Entretanto, com base nos questionários aplicados, 77,78% dos instrutores consideram que a remuneração que recebem pelas aulas não é justa, e nem suficiente. Alguns instrutores reclamaram, ainda, que o pagamento de honorários é feito com atraso devido à burocracia para comprovação dos trabalhos realizados.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Assim, o Programa depende de recursos ofertados por meio do apoio de entidades da iniciativa privada e das Prefeituras, que frequentemente contribuem com as despesas de transporte do instrutor, reprodução das cartilhas usadas pelos alunos, bem como com a aquisição dos itens utilizados na formatura dos alunos (camisa, boné e brindes, lanches etc). Em algumas ocasiões os próprios instrutores arcam com algumas dessas despesas, devido a falta de recursos financeiros do Programa.

Conforme o Relatório de Atividades PROERD 2015 e informações da Coordenação Geral do PROERD cada Instrutor pode atingir o limite máximo de 40 horas-aula em sala de aula por mês, com acréscimo de 20% de docência, sendo o valor da hora-aula de R$10,00 no ano de 2015.

Ademais, dos questionários aplicados foi possível extrair diversos depoimentos confirmando a insuficiência de recursos na aplicação do Programa, como por exemplo:

- 56,60% dos instrutores afirmaram que gostariam de continuar recebendo por aulas ministradas, enquanto que 43,40% afirmaram que gostariam que, em vez de remuneração, a participação no PROERD como instrutor ou mentor fosse adotado como um critério para futura promoção;
- Segundo a percepção de 88,89% dos instrutores, a principal dificuldade para aplicar as aulas nas escolas é a falta de recursos financeiros para usar em pequenos gastos;
- Por sua vez, 31,11% de diretores/professores entrevistados nas escolas visitadas afirmaram que receberam algum tipo de ajuda da Prefeitura local para propiciar a aplicação das aulas do PROERD; e
- 28,14% de diretores/professores afirmaram que as cartilhas foram produzidas por outras instituições tais como: prefeitura, secretaria de educação, ou pela própria escola.

A insuficiência de recursos financeiros para aplicação no Programa tem como efeito, a dificuldade para a aquisição de material didático, a carência de recursos tecnológicos e equipamentos audiovisuais para aplicação nas atividades, dificuldade para realização do evento de encerramento (formatura), deficiências nas condições de trabalhos ofertadas pela PM, dentre outros itens explanados adiante.

Com vistas a conhecer a operacionalidade do PROERD em outros Estados, mantivemos contato com as Coordenações do Programa em Minas Gerais e Rio de Janeiro, Estados que são centros de capacitação de instrutores do PROERD, quando fomos informados de que o Programa não consta formalmente no Orçamento desses Estados. Ainda assim, os recursos financeiros disponibilizados, complementados com outros obtidos por meio de parcerias firmadas, possibilitam uma aplicação satisfatória do Programa.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Situação peculiar ocorre em Santa Catarina, Estado que é responsável pela Coordenação Geral o PROERD no Brasil. Naquela Unidade, o Governo local editou o Decreto nº 2.817, de 10/12/2009, dispondo sobre bases, diretrizes e competência para a execução do Programa. Em seu artigo 3º, incisos VI e VII o Decreto atribui competências à PM local quanto ao aspecto orçamentário, nos termos seguintes:

> Art. 3º Compete à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – PMSC:
> [...]
> VI – prever dotação orçamentária própria à execução das atividades do PROERD; e
> VII – realizar a aplicação dos recursos repassados pelas demais Secretarias de Estado, nos termos do presente Decreto.

O Decreto vai além, normatizando procedimentos, em seu artigo 5º, conforme transcrição a seguir:

> Art. 5º O valor total a ser repassado à PMSC, por intermédio dos procedimentos de descentralização de crédito orçamentário, previstos no art. 4º deste Decreto, será calculado multiplicando o número de alunos a serem atendidos pelo programa no ano pelo "custo unitário por aluno" e obedecerá à seguinte proporcionalidade:
> I – Secretaria de Estado da Educação – SED: 33,34% (trinta e três vírgula quatro por cento);
> II – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SSP: 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento); e
> III – Secretaria de Estado da Saúde – SES: 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento).

Exemplar, portanto, a atuação em Santa Catarina quanto ao tratamento dado ao PROERD, destacando-se por isso, dos demais Estados Brasileiros.

Ante o exposto, sugerimos ao Governo do Estado; através da Secretaria de Segurança Pública:

- Considerando a relevância do PROERD para o êxito da Política Estadual de Combate às Drogas disponibilizar recursos financeiros para as atividades do Programa; e
- Avaliar a possibilidade de incluir dotação/atividade específica para os gastos com o PROERD no orçamento anual da PM ou repassar adiantamento de recursos para as unidades executoras do Programa.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Sugerimos ainda ao Comando de Polícia Militar, através da Coordenação Geral do PROERD:

- Envidar esforços no sentido de melhorar a remuneração do policial instrutor do PROERD, bem como reconhecer os trabalhos prestados, após avaliação periódica, registrando em seu prontuário para efeito de futura promoção;
- Identificar potenciais fontes de recursos que possam financiar ações do Programa, a exemplo da intensificação de parcerias públicas e privadas para captação de recursos e
- Identificar os motivos que acarretaram atrasos nos pagamentos de honorários aos instrutores do Programa, promovendo meios para regularizar as pendências e efetuar repasses tempestivamente aos instrutores.

Benefícios esperados:

- Expansão e fortalecimento do Programa;
- Currículos pleno e satisfatoriamente aplicamos;
- Aumento da satisfação da comunidade escolar;
- Satisfação e estímulo do policial instrutor; e
- Maior quantidade de alunos formados pelo PROERD.

2.1.2 – Recursos Humanos

2.1.2.1 Insuficiência de instrutores para atender a demanda de atividades do Programa

Nas entrevistas e questionários aplicados, observamos que tanto coordenadores e instrutores do PROERD, quanto diretores/professores de escolas têm uma percepção de que o número de instrutores atuando no Programa é insuficiente.

Segundo a Coordenação do PROERD, o Programa tem uma atuação restrita em razão do reduzido número de instrutores e da insuficiência de material didático, especialmente cartilhas. De acordo com os dados informados, em 2015 o Programa contava com cerca de 80 instrutores atuantes, dos 390 instrutores formados ao longo 13 anos no Estado.

Salientamos que não obtivemos a confirmação desses dados, e que a relação de instrutores atuantes fornecida estava desatualizada. Ainda, segundo a Coordenação Geral, os cursos ofertados não são suficientes, sendo atendidos alunos em número reduzido.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Na entrevista concedida, a esta Auditoria, a Coordenação ressaltou sua esperança de que, após recadastramento e realização do curso de formação e atualização para os novos currículos denominados "Caindo na Real", o número de instrutores capacitados poderá atingir o total de 250, embora isso não signifique que todos estarão em sala de aula.

Abordados sobre o assunto, no questionário a eles destinado, 83,33% dos 54 instrutores que responderam as perguntas declararam que a quantidade de profissionais é insuficiente para atender a demanda escolar.

Alguns instrutores e a Coordenação Geral informaram que muitas vezes o PROERD é requisitado por escolas, mas não tem condições de atender essas demandas por não dispor de um quantitativo maior de instrutores, dificultando, assim, expandir a abrangência territorial do Programa.

Durante os trabalhos, percebemos que na Corporação Militar há uma cultura de pouca valorização do trabalho preventivo quanto ao combate ao tráfico e uso de drogas e da violência, realizado pelos instrutores do PROERD, o que também contribui para dificultar a expansão do Programa. Trata-se, portanto, de um aspecto a ser observado e corrigindo, de forma a despertar maior interesse aos potenciais instrutores nas diversas Unidades.

Ademais, observamos que existem deficiências no planejamento institucional quanto à atração e manutenção de instrutores do PROERD. Com as ações atuais, o Programa tem uma baixa adesão de policiais com potencial para ministrar as aulas e não vem conseguindo manter em atividade a totalidade ou mesmo considerável número dos instrutores capacitados.

Há ainda um sentimento de insegurança alegado por alguns policiais instrutores para ministrar as aulas, devido à falta de proteção e de apoio logístico nas escolas localizadas em áreas de maior risco, o que pode levá-los a abandonar o Programa.

Como consequência, o PROERD não consegue atender à totalidade da demanda. Durante os trabalhos em campo foi possível notar que muitas escolas que solicitaram o Programa ficaram sem o atendimento ou com reduzido número de turmas.

Ante o exposto, sugerimos à Coordenação Geral do PROERD:

- Desenvolver mecanismos para atração de novos instrutores e valorização da atividade na Corporação;
- Realizar troca de experiências entre a Coordenação Geral do PROERD e as de outros Estados, de forma a conhecer boas práticas adotadas por estas Unidades;

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

- Promover campanha interna na Corporação para mostrar a importância do trabalho preventivo que o PROERD proporciona, despertando o interesse de potenciais instrutores;
- Realizar levantamento periódico de demanda de cursos; e
- Elaborar e implantar uma programação anual para capacitação dos instrutores.

Benefícios esperados:

- Atendimento a maior número de escolas;
- Maior quantidade de alunos formados pelo PROERD;
- Aumento da satisfação da comunidade escolar;
- Sequência do ensino do Programa, acompanhando os alunos até a fase limite abrangida pelo PROERD;
- Instrutores estimulados a ministrar aulas e mais policiais interessados em aderir ao Programa.

2.1.3 Insuficiência de Recursos Materiais

2.1.3.1 O PROERD não vem disponibilizando os recursos materiais, técnicos e mobiliários em tempo e quantidade necessários para os instrutores aplicarem todos os currículos.

Da análise dos questionários, e confirmações em visitas *in loco*, percebemos que não são disponibilizados recursos materiais, técnicos e mobiliários em tempo e quantidade necessários para aplicação dos currículos do Programa. Foram citadas situações como:

- falta de espaço físico para desenvolvimento das atividades;
- Compartilhamento de sala, mesa de trabalho, armário e computador entre instrutores e outros policiais;
- Indisponibilidade de viaturas para o deslocamento dos instrutores até a unidade de ensino na maioria das unidades; e
- Ausência de outro policial para acompanhar o instrutor dentro da escola.

Tais situações comprometem a segurança do policial instrutor e desestimulam a sua permanência no Programa.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Ocorre ainda, falta de material didático para as aulas, que é adaptado para atender cada faixa etária. No ensino infantil as lições são ministradas com uso de lâminas ilustradas, usadas coletivamente e reutilizadas em todas as turmas. Os cartazes abrangem uma gama de experiências comuns que as crianças podem encontrar em casa, na escola e na comunidade. Cada cartaz lida com situações específicas que oferecem às crianças oportunidade de identificar ou confirmar práticas adequadas a serem adotadas para a sua segurança pessoal, aprendendo o que devem dizer ou fazer em situações semelhantes, bem como reconhecer, evitar, resistir e relatar sobre situações que possam lhes causar danos.

Exemplo desse material é apresentado Figura 9, do cartaz: "Por que você não deve aceitar presentes nem caronas de estranhos ou de pessoas que você não conheça bem?" usado no currículo PROERD para a educação infantil, anos iniciais.

Figura 9 – Cartaz usado na aplicação do currículo para a educação infantil

No ensino fundamental, são utilizadas cartilhas individuais para os alunos. Todo material é elaborado, produzido e distribuído em conformidade com as diretrizes do programa americano D.A.R.E. (Drugs Abuse Resistence Education). De acordo com o mais recente Relatório Anual das Atividades, "O PROERD enfrentou muitas dificuldades para desenvolver suas atividades no ano de 2015, sendo algumas sanadas com aplicação de Currículos para Educação Infantil e Séries Iniciais que não utilizam do Livro do Estudante".

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

As dificuldades enfrentadas na execução do Programa foram apontadas pelos entrevistados nas respostas aos questionários, conforme apresentamos a seguir, por tema.

Quanto à indisponibilidade de material didático, dos 54 instrutores entrevistados:

- 72,22% afirmaram que a falta de material didático era uma das principais dificuldades para aplicar as aulas nas escolas;
- Segundo eles, há falta de material para atender os cursos do 7º ano (68,52%), do 5º ano (66,67%) e da educação infantil (27,78%);
- 46,29% desses instrutores, afirmaram que por mais de cinco vezes, tiveram dificuldades para dar aulas por falta de material.

Em relação aos equipamentos que são disponibilizados, os instrutores tiveram a seguinte percepção:

- 92,59% reclamaram da falta de um kit com notebook, projetor e caixa de som. Para outros 16,67%, falta mesa para organizar as aulas; e
- De acordo com 70,37%, os equipamentos e mobiliários existentes nas OPMs são insuficientes e inadequados. Outros 25,93% consideram que esses itens são insuficientes, mas adequados.

Abordados quanto às viaturas para deslocamento e à dupla de apoio para garantir a segurança do policial enquanto ministra as aulas, especialmente em áreas de grande risco:

- 38,89% dos instrutores entrevistados afirmaram que falta apoio da OPM (Organização Policial Militar) para o deslocamento do instrutor até a escola;
- para 27,78%, falta apoio da Organização Policial Militar (OPM) durante as aulas na escola.

Quando questionados sobre as principais dificuldades para aplicar as aulas nas escolas, 88,89% dos instrutores citaram a falta de dinheiro para usar em pequenos gastos.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Questionados em relação às situações que, em sua opinião, se ocorrerem, podem levá-los a abandonar o PROERD:

- 57,41% dos instrutores citaram a falta de material didático para ministrar as aulas;
- 48,15% apontaram as dificuldades para se deslocar para as escolas mais distantes;
- 48,15% citaram a falta de apoio da OPM para a atividade; e
- 37,04% mencionaram a insegurança do instrutor quando do deslocamento casa – escola e vice-versa.

Em relação à percepção dos instrutores quanto a dificuldades encontradas para o desenvolvimento de suas atividades:

- 40,74% afirmaram que não desenvolvem suas atividades de forma regular porque há falta de material didático para usar nas aulas. Contudo, como veremos adiante, a quase totalidade deles demonstram satisfação em ser instrutor.
- 37,04% alegaram não dispor de meios de transporte fornecidos pela PM nos deslocamentos residência/escola e vice-versa

De tudo exposto, pudemos perceber que a insuficiência de recursos financeiros do Programa consiste na principal causa de carência de recursos materiais, técnicos e mobiliários necessários para os instrutores aplicarem todos os currículos.

Analisadas em conjunto, as dificuldades enfrentadas geram insatisfação dos instrutores quanto às condições de trabalho e desestimulam sua permanência no PROERD, bem como desencorajam novas adesões de policiais ao Programa.

Além disso, provocam uma perda de qualidade nas aulas ministradas, haja vista a falta de equipamentos previstos para as atividades do Programa resultar em dificuldade para expandir a quantidade de alunos atendidos.

Ante o exposto, sugerimos à Coordenação Geral/IEP:

- Realizar troca de experiências entre Coordenação Geral do PROERD e as de outros Estados, de forma a conhecer boas práticas adotadas por estas Unidades;

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

- Realizar encontros com os instrutores que atuam no Estado para troca de experiências internas;
- Envidar esforços conjuntos para disponibilizar espaço físico e infraestrutura logística necessária ao bom desempenho do PROERD nas unidades da PM, (salas e móveis adequados ao trabalho dos instrutores);
- Viabilizar todos os meios necessários para o deslocamento dos instrutores bem como material para as aulas e reforço (dupla de apoio) para aqueles que estarão em escolas localizadas em áreas de maior risco;
- Avaliar, em conjunto com o Comando Geral, a viabilidade de disponibilizar recursos financeiros para realizar a formatura, complementando os valores arrecadados com parcerias;
- Intensificar parcerias com entes privados e outros órgão do Estado para captação de recursos ou outras informações, a exemplo da Secretaria de Educação, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Ministério Público do Estado ou da União, a exemplo da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), para captação de recursos e troca de informações;

Benefícios esperados:

- Melhoria da eficiência e eficácia do Programa;
- Material didático disponível para utilização nas aulas;
- Maior satisfação do policial instrutor, que se sentirá apoiado e prestigiado;
- Aumento do número de escolas e alunos atendidos;
- Policiais informados e estimulados a aderir ao Programa como instrutores.

2.1.3.2 Insuficiência de informações disponíveis nos controles internos do PROERD

No transcorrer dos exames, constatamos que os controles internos do PROERD não possuem todas as informações necessárias para uma gestão otimizada. Este fato foi confirmado na análise das respostas aos questionários aplicados, e às solicitações emitidas, nas entrevistas com a Coordenação do Programa durante as visitas realizadas nas unidades da PM, bem como nas visitas às escolas atendidas.

No transcurso dos nossos trabalhos sofremos limitações que impossibilitaram o aprofundamento dos exames auditoriais, em virtude da demora na entrega ou do não fornecimento dos documentos e informações solicitados, elencados nos Quadros 01 e 02 do Anexo I.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Ocorre que os dados disponibilizados pela Coordenação do PROERD não possibilitam identificar informações como: dados dos instrutores (endereço eletrônico, telefone, endereço de trabalho, formação e situação atual no PROERD), total de instrutores ativos ou inativos, número de alunos e escolas atendidos por instrutor, dados de alunos e das escolas atendidas ou pendentes de atendimento, entre outras. Também não há uma padronização quanto ao nome das escolas nos documentos fornecidos pela Coordenação do PROERD, fato que dificultou nossos trabalhos, especialmente para seleção das escolas a serem visitadas.

A título de exemplo, até a conclusão de nossos trabalhos não foi possível quantificar o número de instrutores que atuam no Programa. Como resposta a nossa Solicitação nº 3, de 08/10/2015, a Coordenação nos forneceu planilhas contendo nomes de 162 instrutores; entretanto, no trabalho de campo percebemos que alguns dos instrutores não estavam mais aplicando o Programa.

No Relatório de Atividades do PROERD relativo ao ano de 2014, o mais atual fornecido pela Coordenação, consta que havia 157 instrutores habilitados. Divergindo desses números, nas entrevistas realizadas com o Coordenador Executivo, foi informado que havia em torno de 80 instrutores ativos, quantidade não confirmada pelos Coordenadores de Área, que presumiram que havia menos de 100 profissionais em atividade.

Impreciso, também, foi o número de instrutores formados e que se encontram inativos, evidenciando uma deficiência no controle interno do Programa.

Além disso, foram encontrados dados divergentes entre o documento em planilha que nos foi enviado denominado “Escolas e alunos - RI - Geral” e o “Relatório Anual das Atividades do PROERD”, ambos relativos ao exercício de 2014. A diferença totaliza 1.873 alunos formados. No Relatório Anual das Atividades do PROERD – 2015, os dados referentes aos alunos formados naquele ano coincidem com os constantes na planilha citada, mas divergem da série histórica apresentada no Relatório de 2014.

Quadro 02 – Divergências entre documentos apresentados

Documento	Escolas		Alunos		Total	
	Capital/RMS	Interior	Capital RMS	Interior	Escolas	Alunos
Escolas e alunos – RI 2014	148	374	10.258	26.585	522	36.843
Relatório Anual das Atividades do PROERD 2014	148	386	10.258	28.458	534	38.716
Diferença	**0**	**12**	**0**	**1.873**	**12**	**1.873**

Fonte: Escolas e alunos 2014 – RI – Geral e o Relatório Anual das Atividades do PROERD – 2014.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Ademais, até o final dos trabalhos, a Coordenação Geral não forneceu a lista de escolas localizadas no interior do Estado atendidas pelo PROERD em 2015, impossibilitando um planejamento eficaz, visto que a auditoria trabalhou com a relação de escolas de 2014, inadequada, pois, durante a execução, a equipe visitou escolas que não mais aplicavam o PROERD, causando atraso por conta do deslocamento para aquelas que participaram do PROERD apenas em 2014.

Na entrevista realizada com a Coordenação Geral, fomos informados que não há sistema informatizado para alimentar, armazenar e extrair informações do banco de dados. Assim, os dados são enviados pelos instrutores em documentos impressos e/ou planilha (formato excel), em modelo padronizado pela Coordenação.

Desta forma, constata-se que a falta de um sistema informatizado, com um banco de dados regular e tempestivamente alimentado com dados sobre a execução do Programa, prejudica o acompanhamento das atividades e a tomada de decisões por parte da Coordenação Geral.

Exemplo da importância de manter um bom sistema de gerenciamento de dados pode ser avaliado no PROERD executado em Minas Gerais. Naquele Estado, o Núcleo de Projetos Tecnológicos da 6ª Região da Polícia Militar desenvolveu, no período de setembro/2008 a fevereiro/2009, um sistema informatizado para a coleta de dados oriundos das atividades do Programa, a nível estadual, possibilitando acesso a informações, de maneira simples, rápida e diversificada, através do portal corporativo daquela Corporação.

Assim, a partir dos subsistemas Instrutores, Escolas e Alunos, são realizadas operações de cadastro, alteração e exclusão, além das seguintes consultas:

Quadro 03 – Consultas possíveis pelo Sistema de Controle do PROERD MG

Consultas por Subsistemas PROERD MG		
Instrutores	**Escolas**	**Alunos**
a) Dados do instrutor b) Número geral de instrutores c) Número de alunos atendidos por Instrutor d) Número de escolas atendidas por instrutor e) Número de alunos atendidos por instrutor/semestre/ano f) Número de alunos atendidos por instrutor/ano g) Número de instrutores por Unidade h) Número de instrutores por Companhia i) Número de instrutores por Pelotão.	a) Dados da escola b) Número geral de escolas cadastradas c) Número de alunos atendidos pelo PROERD em cada escola d) Números de instrutores em cada escola	a) Dados do aluno por CPF b) Dados do aluno por nome c) Número Geral de alunos d) Número de alunos por Cidade e) Número de alunos por semestre/ano f) Número de alunos por ano g) Número de alunos por idade h) Número de alunos por Unidade i) Número de alunos por Companhia j) Número de alunos por Pelotão

Fonte sítio: http://central3.to.gov.br/arquivo/163632/.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Na Bahia, a insuficiência de informações disponíveis no banco de dados do PROERD deve-se à fragilidade do sistema de controle interno do Programa e à inexistência de sistema informatizado que possibilite extrair dados estatísticos de forma rápida e eficiente, sobre as atividades desenvolvidas, escolas atendidas, alunos formados e em formação, e instrutores.

Tal ineficiência inviabiliza a realização de pesquisa ou análise rápida sobre o Programa e seus executores e clientela final. Os dados disponíveis são insuficientes para que possam subsidiar a tomada de decisões por parte da Coordenação, que desconhece os possíveis entraves que surgem, seja em decorrência da insuficiência de instrutores, ou das carências materiais e tecnológicas nas diversas OPMs, impactando negativamente o desempenho do Programa.

Ademais, o desconhecimento gerencial amplo das ações do Programa, inviabiliza um planejamento seguro e regionalizado das atividades, haja vista não dispor de dados precisos acerca do desempenho dos instrutores e do atendimento nas escolas nas diversas regiões do Estado, comprometendo, por óbvio, a sustentabilidade do PROERD.

Ante o exposto, sugerimos ao Comando de Polícia Militar através da Coordenação Gera do PROERD:

- Implementar sistema informatizado com banco de dados que possibilite armazenar dados, de maneira regular e tempestiva, sobre as atividades do Programa, de forma que permita extrair informações e relatórios que subsidiem o planejamento, acompanhamento e monitoramento do PROERD nas diversas OPMs.

Benefícios esperados:

- Melhoria na gestão e da eficiência do PROERD;
- Coordenação melhor informada sobre o desempenho do Programa
- Coordenação de posse de dados para a tomada de decisões estratégicas;
- Coordenação com informações suficientes para acompanhar o monitoramento das atividades do Programa.

2.2 Cobertura do Programa

O Eixo II da Matriz de Achados buscou evidenciar respostas para a seguinte questão:

- **Em que medida as ações do PROERD vem conseguindo abranger as escolas das diversas regiões do Estado, priorizando aquelas localizadas em áreas de maior risco.**

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Dos exames procedidos foram constatados as seguintes ocorrências.

2.2.1 Ausência de normatização para a seleção das escolas, com vistas a priorizar áreas de risco quanto ao consumo de drogas.

Tratando-se de um programa que tem por objetivo macro a conscientização de crianças e adolescentes quanto aos efeitos negativos do uso e tráfico de drogas, por óbvio o PROERD deve identificar as áreas com mais potencial de risco, priorizando o atendimento às escolas nelas localizadas.

Em geral, são regiões onde as carências materiais sociais e financeiras são maiores, exigindo esforço mais concentrado para que o Programa atenda a seus objetivos auxiliando na orientação dos estudantes e fortalecendo a interação entre a Polícia Militar e a comunidade.

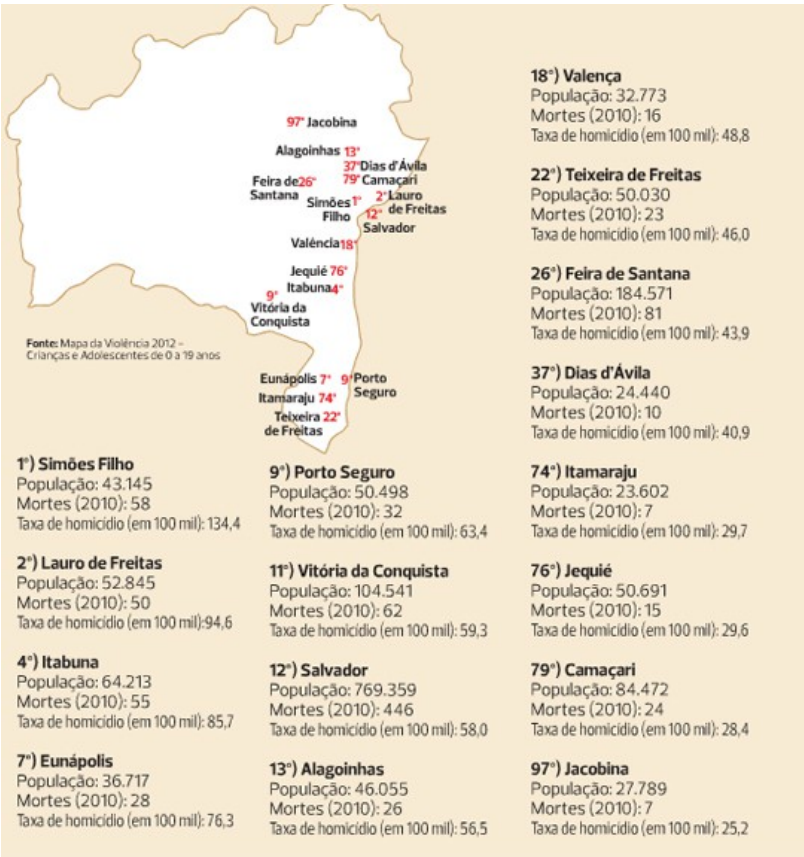
Este parece ser também o intento do Programa na Bahia, posto que, nas respostas dos questionários aplicados aos Coordenadores Geral e Executivo do PROERD, firmaram entendimento de que a seleção das escolas a serem atendidas deveriam priorizar aquelas situadas em áreas de risco quanto ao consumo e tráfico de drogas.

Contudo, não encontramos evidências de que a Coordenação Geral disponha de um zoneamento das escolas localizadas nas áreas de risco. Nos municípios atendidos, o Programa está submetido exclusivamente a critérios subjetivos adotados pelos Instrutores, haja vista declaração da Coordenação de Área, confirmando essa informação através entrevista a esta auditoria, quando afirmou não interferir na escolha das escolas e nem na quantidade delas. Afirmando ainda que sendo a atividade voluntária, é melhor que o instrutor faça sua programação para que ele possa atender a sua demanda da melhor forma.

De acordo com a pesquisa “Mapa da Violência 2012 – Crianças e adolescentes no Brasil, publicado no Jornal Correio da Bahia”, elaborado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, em 2010 a Bahia ocupava o 3º lugar entre os 27 estados onde mais ocorrem crimes letais envolvendo crianças e adolescentes. Em uma lista de 100 cidades brasileiras, a Bahia contava com 8, das 13 primeiras tidas como de maior índice, conforme demonstrado na figura 11.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Figura 10 – Mapa da Violência



Fonte:(http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/drogas-sao-as-maiores-responsaveis-por-aumento-de-576-nos-homicidios-diz-especialista/?cHash=9a01780134f4f9ªb8db54001ba070342)

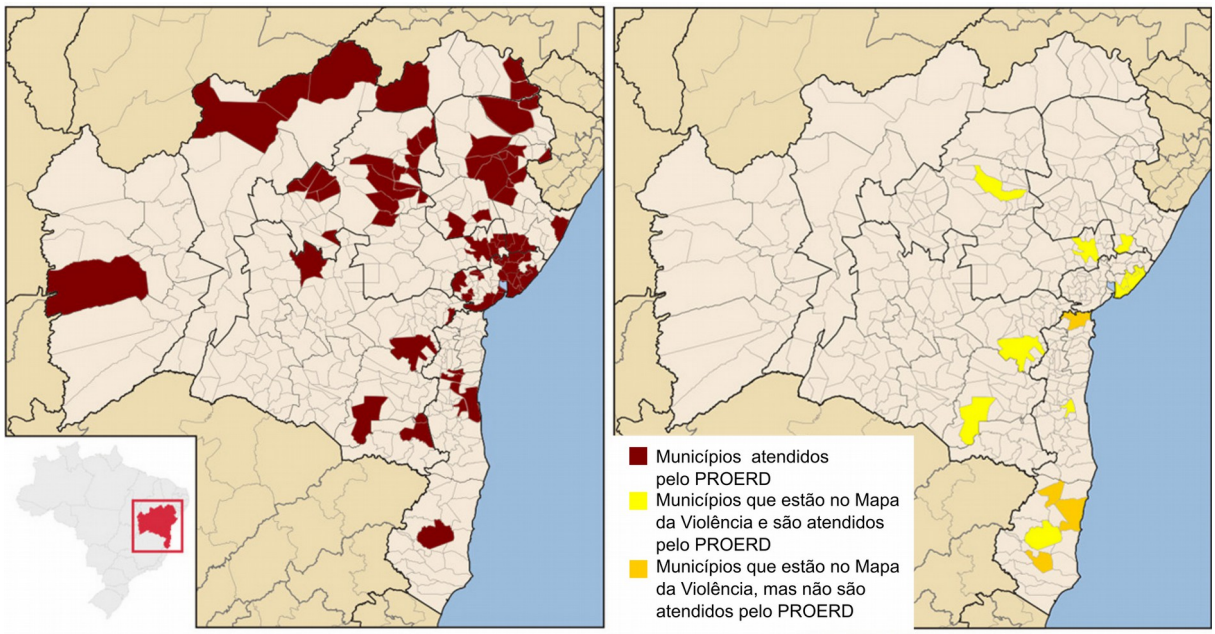
Dados do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-BA), organização sem fins lucrativos e de caráter público, formada integralmente por entidades sociais e administrado por um conselho de nove ONGs, mapeando as mortes de jovens de 0 a 19 anos, entre 2000 a 2010, indicam um aumento 576% naquele período, com tendências a aumentar.

O Coordenador do CEDECA, Waldemar Oliveira, atribui o avanço da violência ao crescimento do envolvimento de adolescentes com as drogas, seja como usuário ou traficante: Segundo ele afirmou em 2012, esse envolvimento cresceu aproximadamente 900% nos últimos cinco anos.

Nas figuras seguintes, estão evidenciados os municípios atendidos pelo PROERD, identificando ao lado, a localização daqueles oito incluídos entre os 100 mais violentos do País, com indicação de quais já foram ou estão sendo atendidos pelo Programa.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Figuras 12 e 13—Cobertura PROERD na Bahia X Mapa da Violência, destacando os municípios baianos



Fonte: http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/drogas-sao-as-maiores-responsaveis-por-aumento-de-576-nos-homicidios-diz-especialista/ além de arquivos enviados através das Solicitações pela Coordenação do PROERD.

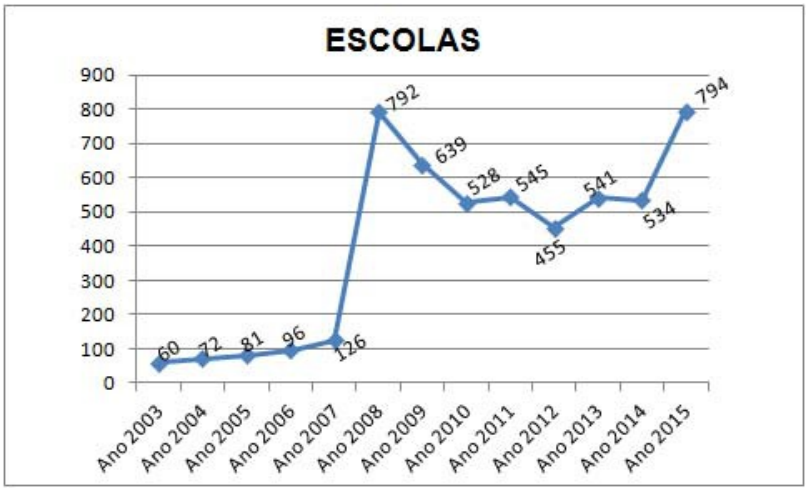
O fato de não conseguir números atuais nos períodos 2010-2015 sobre as áreas de violência no Estado da Bahia, limitou o escopo desta Auditoria, devido aos dados estatísticos estarem defasados dificultando a comparação dos municípios com cobertura do PROERD com aqueles que estão contemplados nas áreas de risco segundo o Mapa da Violência.

Salientamos que os indicadores e dados estatísticos são instrumentos fundamentais para a gestão e aperfeiçoamento de um Programa, na medida em que possibilitam mensurar o impacto das ações executadas, identificando se os resultados foram aceitáveis, se o produto foi entregue à sociedade sejam eles bens e/ou serviços, se foram de qualidade, e principalmente se houve convergência das ações alocativas aos objetivos traçados.

Analisando o período em que o PROERD vem atuando, verificamos que houve um crescimento quanto ao número de escolas e alunos atendidos ao longo da sua existência, conforme demonstramos nos Gráficos a seguintes:

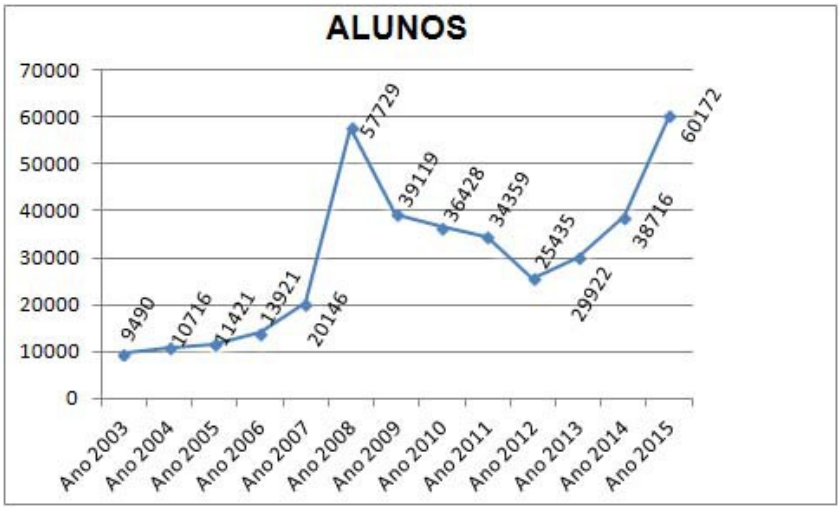
Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Gráfico 1 – Abrangência do PROERD nas escolas baianas período de 2003 a 2015



Fonte: Relatórios de 2015 sobre a Gestão do Programa enviado pelo IEP/SSP

Gráfico 2 – Alunos abrangidos pelo PROERD nas escolas baianas período de 2003 a 2015



Fonte: Relatórios de 2015 sobre a Gestão do Programa enviado pelo IEP/SSP.

Conforme demonstrado no Gráfico 2, no período de 2003 a 2015, o PROERD atendeu entre os anos de 2003 e 2015, 387.574 crianças nas fases da educação Infantil, 5º e 7º anos, bem como foram atendidas 5.263 escolas (Gráfico 1).

Obtivemos os dados dos alunos matriculados na rede pública (municipal e estadual) e particular nos anos de 2014 e 2015, e comparamos com os inscritos no PROERD, verificando o seguinte desempenho:

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Quadro 4 – Atuação do Programa em relação ao número de matrículas no Estado

Ano	Pré-Escola			5º ano			7º ano		
	Matrícula Estado	Inscritos PROERD	% Atingido	Matrícula Estado	Inscritos PROERD	% Atingido	Matrículas Estado	Inscritos PROERD	% Atingido
2014	375.503	10.495	2,79	252.181	22.231	8,82	262.395	5.990	2,28
2015	358.030	9.149	2,56	247.066	32.396	13,11	251.525	9.301	3,70

Fonte: Relatórios de Atividades PROERD de 2014 e 2015 e Sinopse Estatística da Educação Básica de 2014 e 2015, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (http//portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse)

Apesar do seu desempenho positivo em relação a abrangência, a Coordenação do PROERD afirmou, em entrevista a esta Auditoria, que a atuação do Programa em escolas públicas ainda é reduzida, haja vista a grande demanda que não pode ser atendida em virtude do número insuficiente de instrutores e de material didático (cartilhas). A afirmação da Coordenação foi corroborada por 83,33% dos instrutores que responderam o questionário a eles destinado, quando afirmaram que em suas OPMs a quantidade deles é insuficiente para atender a demanda de escolas.

Ante o exposto, recomendamos à Coordenação Geral/IEP:

- Estabelecer critérios objetivos para seleção das áreas de risco e escolas a serem atendidas, baseados no zoneamento elaborado a partir das estatísticas de ocorrências de crimes e experiências das Unidades Operacionais envolvidas.

- Obter dados das escolas a serem atendidas a partir de parceria junto às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e OPMs locais, a fim de dar maior eficiência no Planejamento.

- Estabelecer metas físicas para as ações do Programa, a fim melhor monitorar seu desempenho.

Benefícios esperados:

- Atendimento prioritário às escolas localizadas, em áreas com maior risco e altos índices de criminalidade.

- Planejamento consiste embasados em dados reais sobre escolas a serem prioritariamente afetadas.

- Metas mais focadas nos objetivos finalísticos do Programa.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

2.2.2 Pouca articulação do PROERD com outros órgãos da estrutura governamental visando angariar benefícios para o Programa

Em entrevista com a Coordenação Geral do PROERD, formos informados de que ao longo dos 13 anos de atividades, o Programa não teve visibilidade suficiente para despertar interesse de outros Órgãos para firmar parcerias que contribuíssem para as ações implementadas.

Tal constatação foi ratificada nas respostas o questionário, direcionado a diretores/professores de escola visitadas, quando 32,06% afirmaram que a escola recebeu alguma ajuda da Prefeitura local para viabilizar as aulas.

Conforme pudemos observar, a falta ou pouca articulação decorre do desconhecimento das comunidades e instituições locais sobre o PROERD e sua relevância para o combate a um mal que afeta cada vez mais os jovens e adolescentes.

Aliás, mesmo na Corporação Militar, o PROERD não vem tendo a aceitação esperada, haja vista a pouca adesão das Unidades Operacionais e de instrutores, possivelmente por entenderem se tratar de atividade preventiva, com resultados a serem alcançados a médio e longo prazo, diferente da que é própria à Polícia Militar, qual seja, o policiamento ostensivo.

Assim, sem a visibilidade das ações do PROERD, que ficam restritas às escolas e alunos atendidos, os órgãos e entidades com potencial para colaborar com apoio financeiro e/ou material deixam de fazer por desconhecerem os potenciais benefícios proporcionados pelo trabalho dos instrutores junto aos jovens e adolescentes, estudantes das escolas locais.

Os efeitos dessa ineficiência são perceptíveis tanto pelas dificuldades enfrentadas pela Coordenação Geral e Regional, a exemplo de obter material para as aulas e até para o evento de encerramento, quanto pelo notório desinteresse de grande parte dos policiais com potencial para contribuir para o Programa, seja por não agregar valor a sua carreira, seja por não ser uma atividade valorizada entre os seus colegas e até mesmos superiores hierárquicos.

Conforme comentado anteriormente, o PROERD não vem tendo a necessária divulgação, das suas atividades, quando poderia ser ressaltada a sua relevância e potenciais resultados a serem alcançados no combate ao uso e tráfico de drogas entre jovens e adolescentes. Nos municípios visitados, o conhecimento do Programa se restringe às escolas atendidas e àquelas que despertaram interesse por informações obtidas junto a professores e diretores dessas Unidades atendidas.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Mesmo no âmbito de Polícia Militar não se observa grande conhecimento exceto nas OPM´s que aderiram ao Programa. Tal constatação é corroborada pelos resultados apurados das respostas apresentadas aos questionários aplicados junto às escolas visitadas.

Assim, entre os professores respondentes, 76,30% atestaram que conheceram o PROERD através da PM; 9,63% por intermédio de outra escola; 4,44% por meios de comunicação; 5,92 responderam que conheceram o Programa através da Secretaria Municipal de Educação; 3,48% por outros meios, inclusive pela internet.

Ante o exposto, sugerimos ao Comando da Polícia Militar, através da Coordenação Geral do PROERD/IEP:

- Identificar possíveis parcerias entre entidades públicas privadas que possa ter interesse direto ou indireto nas ações do PROERD, com vistas a propor a celebração de parcerias para obtenção de recursos (financeiros, tecnológicos, material, etc.) para auxiliar no desempenho das atividades do Programa.

Resultados esperados:

- Fortalecimento das ações do PROERD em virtude de maior disponibilidade de recursos;
- Ininterrupção das aulas, que muitas vezes deixam de serem aplicadas por falta de material didático e/ou outros recursos necessários;
- Satisfação dos instrutores, que passarão a ter os recursos necessários as aulas;
- Maior visibilidade do Programa e, em consequência reconhecimento da Corporação Militar nas comunidades atendidas.

2.2.3 – Os procedimentos usados para divulgação PROERD na comunidade escolar estão concentrados na PM

Sendo uma atividade inovadora a ser proposta nas escolas que potencialmente seriam atendidas, seria esperado que a Coordenação do PROERD promovesse ampla divulgação, enfocando os objetivos e os benefícios esperados com a aplicação dos currículos. Sem dúvida este seria uma forma eficiente para despertar o interesse da comunidade e, em especial, do ambiente escolar local, abrindo as portas para as esperadas adesões ao Programa.

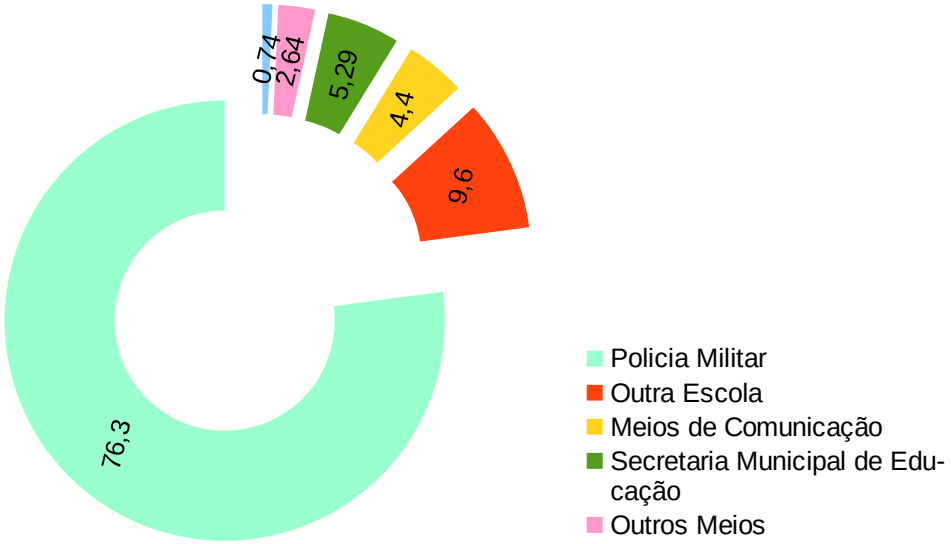
Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Contudo, até onde pudemos observar, a divulgação do PROERD não mereceu a devida atenção por parte da Polícia Militar e, em especial, da Coordenação do Programa. Prova disso é que, nas visitas realizadas por esta Auditoria, constatamos o pouco conhecimento e até o seu desconhecimento mesmo em escolas atendidas. Em muitas delas, a referência ao PROERD limitava-se a saber que havia alguns policiais militares que davam aulas a alunos da entidade.

Corrobora para esta constatação os resultados apurados da consolidação das respostas aos questionários aplicados por esta Auditoria a diretores /professores que acompanharam os instrutores na sala de aula.

Entre eles, 76,30% afirmaram que conheceram o PROERD através da PM, se referindo ao policial que procurou a escola para propor as aulas; 9,63% informaram ter conhecido o Programa por intermédio de outra escola; 4,44% por meios de comunicação; 5,92% responderam que conheceram o Programa através da Secretaria de Educação Municipal; 3,48% por outros meios inclusive pela internet. O Gráfico 3 a seguir ilustra tal afirmação.

Gráfico 3 – Divulgação do PROERD centralizada na PM em %



Fonte: Relatórios de Atividades PROERD de 2014 e 2015

Dentre as possíveis causas para esta fragilidade, pode-se destacar as dificuldades enfrentadas pela Coordenação do Programa para tocar as atividades e até mesmo atrair o interesse de potenciais instrutores entre os policiais militares.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Também relevante é o fato do PROERD não ser ação institucionalizada, no sentido de o Comando-Geral da Coordenação Militar difundir, de forma inequívoca e firme, a importância da ação preventiva que assiste o Programa para auxiliar as operações policiais no combate ao uso e ao tráfico de drogas. Neste caso, trata-se de uma mudança cultural, haja vista a Polícia Militar ser reconhecida por sua principal missão qual seja, o exercício do policiamento ostensivo, com vistas a preservação da ordem pública.

Desta forma, ação preventiva como o PROERD, acarreta naturalmente um certo a fastamento e desinteresse que pode e precisa ser trabalhado por parte da Coordenação.
Ao centralizar a divulgação do Programa na PM, este fica restrito às escolas localizadas na região das OPM´s que se interessam e acreditam nos resultados dele decorrentes. Em consequência, a comunidade em geral, incluindo policiais e potenciais parceiros, escolas fora da área de atuação da OPM, continua desconhecendo o PROERD, perdendo-se oportunidade de torná-lo mais visível e despertar o interesse em apoiar suas atividades.

Ante o exposto, sugerimos ao Comando-Geral da PM, através da Coordenação Geral do PROERD:

- Promover ações para diversificar os meios de divulgação do Programa junto a comunidade escolar, a sociedade e nas Unidades da Corporação Militar.
- Enfatizar a importância do PROERD junto a todas a OPM´s, no sentido de conscientizá-las quanto a importância de suas atividades para o combate ao uso e tráfico de drogas nas escolas;
- Cobrar maior empenho dos responsáveis pelas OPM´s quanto a importância da continuidade do Programa; e
- Avaliar a possibilidade de realizar eventos públicos nas localidades onde o PROERD atua.

Benefícios esperados:

- Maior visibilidade do Programa.
- Aumento da aderência das escolas ao Programa para prevenção e combate ao uso de drogas entre os jovens.
- Incentivo para atuação dos instrutores, e atração de novos policiais.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

2.2.4 Currículo para pais de alunos não é aplicado regularmente pelos instrutores

As atividades do PROERD em sala de aula consistem na distribuição do material didático (cartilhas) aos alunos e aplicação das aulas que objetivam auxiliá-los a reconhecerem e resistirem às pressões diretas ou indiretas que os influenciarão a experimentar drogas ilícitas ou mesmo se engajarem em atividades violentas. Segundo a praxe, no início das aulas os pais são cientificados sobre a participação do filho no PROERD, concedendo autorização para tal.

Com vistas a reforçar as orientações passadas pelos instrutores em salas de aulas, o PROERD adota também um Currículo para os Pais ou responsáveis pelo aluno, composto de 5 lições, cujo objetivo é fornecer informações relevantes sobre uso e experimentação de drogas ou da violência para que os pais possam orientar seus filhos quanto as situações a serem vivenciadas no dia a dia nesses aspectos.

Apesar da importância do envolvimento dos pais na metodologia do Programa, 52,28% dos alunos entrevistados afirmaram que seus pais não foram convidados a participar de palestras sobre o tema e 21,48% não souberam informar.

Até onde pudemos observar, atualmente a participação dos pais é restrita a uma apresentação inicial (quando ocorre) e/ou na “solenidade de formatura”. Não por outra razão que, no relatório final de Atividades do PROERD, relativo aos exercícios de 2014 e 2015 não consta como atividade executada a aplicação do Currículo para pais.

Percebendo a relevância dessa situação, 87,03% dos instrutores que responderam ao questionário, afirmaram que a falta de aplicação do currículo para os pais ou responsáveis é um fator que fragiliza o resultado do PROERD, com o que concordamos.

As causas alegadas para esta situação foram apontadas pelos Coordenadores Geral e Regionais como decorrentes de dificuldades em função da falta de uniformidade quanto a disponibilidade de horário dos pais para assistir as aulas.

Em nossa opinião e de acordo com a metodologia do PROERD, o envolvimento dos pais é de extrema importância para os propósitos do Programa, pois a eles competem orientar e reforçar os ensinamentos ministrados sobre as drogas durante as aulas dando continuidade ao trabalho de acompanhamento no cotidiano da vida de seus filhos. Ao participarem de palestras ou cursos, os pais se transformam em aliados, colaborando com o êxito do Programa.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

A falta de aplicação do currículo para pais acarreta o desconhecimento deles acerca do conteúdo da metodologia aplicada e pouco envolvimento com o PPROERD, deixando de conscientizar seus filhos quanto a importância de se afastar das drogas.

Ante o exposto, sugerimos à Coordenação Geral do PROERD/IEP:

- Adotar medidas para que o Currículo PROERD para Pais seja aplicado, tendo em vista a sua importância para o atendimento dos objetivos do Programa.

Benefícios esperados:

- Pais integrados à metodologia e atuando como aliados no combate as drogas, e
- Alunos acompanhados e orientados pelos pais, minimizando os riscos de envolvimento com as drogas e com a violência.

2.3 Monitoramento e Avaliação do Programa

O Eixo III da Matriz de Achados buscou evidenciar respostas para a seguinte questão:

- **Em que medida as ações do PROERD vem sendo monitoradas e avaliadas quanto a sua eficácia e efetividade.**

O monitoramento de um programa ou ação de governo implica em exame contínuo dos insumos, atividades, processos e produtos com a finalidade de otimizar a sua gestão.

Conceitualmente, o monitoramento consiste no acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas, tendo por finalidade subsidiar sua gestão com informações tempestivas, precisas e em quantidade adequada para a tomada de decisão. Implica exame contínuo dos insumos, atividades, processos e produtos com vistas a otimizar o seu gerenciamento, ou seja, obter mais eficiência e eficácia.

Já a avaliação de um programa ou ação de governo é a apreciação sistemática e objetiva do valor ou mérito de uma ação governamental, antes, durante ou após à sua concepção, execução e resultados. Tem como objetivo determinar a pertinência da ação a ser implementada, sua eficácia e efetividade, além do impacto e da sua sustentabilidade. Visa, portando, subsidiar os gestores com informações aprofundadas e detalhadas sobre a razoabilidade do programa ou ação, o funcionamento e os efeitos produzidos.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Enfim, o Monitoramento e a Avaliação de Programas ou de Ações de Governo são meios atuais para a análise da gestão de programas governamentais, na medida em que contribuem para melhorar os seus resultados, ou seja, obter mais eficiência, eficácia e efetividade, apoiar o processo decisório e ampliar a transparência da execução das políticas públicas.

Considerando a importância desses instrumentos para uma boa gestão, esta auditoria buscou também, avaliar o PROERD quanto a esses aspectos, constatando as ocorrências comentadas a seguir.

2.3.1 Ausência de planejamento institucional e de fixação de metas para avaliar a eficiência e a eficácia do Programa

Nos exames procedidos, não identificamos controles internos voltados para avaliar os resultados ou para otimizar a gestão do PROERD. Observamos que a Coordenação não estabelece metas, fato ratificado nas respostas aos questionários aplicados aos instrutores, quando 64% deles afirmaram que não são estipuladas metas para o Programa.

Da mesma, nas entrevistas realizadas, os Coordenadores do Programa ratificaram essa informação.

Entendemos que a fixação de metas é um eficiente meio para alcançar uma boa gestão das atividades do Programa, o qual é aplicado em diversas regiões do Estado e envolve diferentes perfis regionais, de escolas, alunos e até mesmo de instrutores e estilo de gerenciamento em cada OPM´s. Ademais, como foi citado no preâmbulo a este ponto de auditoria, a adoção de metas e outros instrumentos para acompanhar e aferir resultados, contribuem para que os objetivos do PROERD sejam alcançados, pois dotará a sua coordenação de informações tempestivas sobre as atividades, de posse das quais poderá tomar decisões necessárias aos ajustes e/ou redirecionamento dos trabalhos, com vistas a alcançar as metas e objetivos traçados.

Assim, apesar de o PROERD estar em operação há mais de 10 anos, não foram identificados controles internos que visem ao planejamento e acompanhamento sistemático das suas ações em relação a vários fatores, a exemplo da falta de:

- Fixação e atingimento de metas previstas com as realizadas;
- Acompanhamento das atividades dos policiais instrutores nas escolas, para avaliar a aplicação da metodologia;
- Adoção de controles internos para verificar a absorção e fixação dos ensinamentos pelos alunos; e
- Indicadores e controles internos visando aferir a eficiência, eficácia e efetividade do Programa;

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

As respostas aos questionários aplicados aos instrutores comprovam a situação apontada, senão vejamos:

- 98% dos instrutores afirmaram que elaboram seu próprio planejamento, que segundo eles, fica a critério de cada comandante e de acordo com cada região;
- Quanto a fixação de metas a serem alcançadas, 64% deles asseveraram que não são estipuladas metas para o Programa, fato confirmado pelos Coordenadores do Programa durante as entrevistas; e
- Apesar de cada instrutor fazer seu próprio planejamento operacional, definindo as escolas onde irá trabalhar, não há um planejamento institucional periódico, delimitando unidades de medidas, regiões de atuação, escolas e alunos a serem contemplados, programar o quantitativo de instrutores requerido, etc.

Em seu artigo 6º, item II – Das competências de Orientadores Educacionais, Letra a, a Portaria nº 38-CG/2007, que institui o PROERD na Corporação Militar baiana, atribui ao Setor de Planejamento Educacional do Programa, competência para planejar as atividades do PROERD em âmbito estadual, atendendo aos objetivos da política educacional definida pela Coordenação Geral estabelecendo em conjunto com as demais Coordenações o calendário de eventos:

- Elaborar planejamento semestral;
- Elaborar relatório semestral para análise do Coordenador Geral;
- Elaborar diretriz para captação de recursos.

A ausência de um planejamento institucional conjunto, quanto a fixação de metas a serem atingidas e de um banco de dados unificado contemplando todas as ações do Programa, dificulta o acompanhamento das ações empreendidas por instrutor e a extração de relatórios periódicos para acompanhamento da execução do Programa.

Embora as ações do PROERD tenham caráter essencialmente preventivo, nada impede que sejam adotados parâmetros para avaliar se o trabalho desenvolvido pelos instrutores vem sendo realizado conforme o planejado pela Administração.

Segundo a retrocitada Portaria nº38 – CG/2007, artigo 6º, compete ao setor de Acompanhamento Técnico e Pedagógico, dentre outras funções:

- Supervisionar a atuação do policial docente nas escolas;
- Garantir uniformidade na aplicação do Programa;
- Avaliar as atividades dos policiais militares docentes, fornecendo-lhes apoio para o fiel cumprimento das ações previstas; e
- Zelar pelo cumprimento de acordo firmados em relação à aplicação do PROERD.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Na referida Norma, consta que o Controle Pedagógico tem o dever de elaborar e encaminhar à Vice Coordenação Geral, o relatório semanal e semestral das atividades do PROERD e coordenar o preenchimento do banco de dados.

Á Secretaria de Eventos Educacionais, foi atribuída competência para, dentre outras atribuições, criar, atualizar e controlar o banco de dados do Programa.

Apesar dessas disposições normativas, não identificamos dados e/ou informações consolidadas sobre as atividades do Programa que comprovasse o seu cumprimento.

A falta de instrumentos de controle para monitorar as atividades do Programa, fragiliza a sua avaliação e inviabiliza análises de qualquer natureza sobre a sua eficácia e efetividade. Ante o exposto, sugerimos a seguir, providências que poderão auxiliar a Coordenação Geral do PROERD a fazer análises com vistas a avaliar o seu desempenho.

Por tudo exposto, sugerimos ao Comando da Polícia Militar, através da Coordenação Geral do PROERD:

- Prover o PROERD de estrutura administrativa conforme previsto na Portaria nº38 – CG/2007;
- Criar um banco de dados em um programa informatizado, para o registro, acompanhamento e monitoramento das ações do Programa;
- Realizar o planejamento institucional das atividades do PROERD estabelecendo metas para atendimento às escolas e aos instrutores necessários;
- Instituir procedimento com vistas ao acompanhamento das atividades dos instrutores nas escolas para que estes possam ser avaliados quanto ao desempenho nas escolas;

Benefícios esperados:

- Programa com ações planejadas, acompanhadas e monitoradas, auxiliando a tomada de decisão.
- Planejamento global, elaborado com base em informações confiáveis e tempestivas,
- Coordenação informada sobre as ações em execução e necessidade de ajustes; e
- Instrutores avaliados e perfis atualizados quanto ao atendimento.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

2.3.2 Boa aceitação do Programa pelos diretores/professores das escolas, instrutores e alunos

Aspecto de grande relevância, que reforça a necessidade do aprimoramento e continuidade do PROERD é a aceitação das aulas ministradas, sejam pelas escolas ou alunos atendidos, como pelos instrutores. O resultado apurado nas respostas aos questionários aplicados a eles denota a satisfação em realizar e participar dos trabalhos.

Assim, embora os instrutores tenham alegado que enfrentam dificuldades financeiras e operacionais para realizar despesas necessárias às atividades do Programa, 48,94% deles afirmaram que estavam muito satisfeito com o PROERD. Outros 40,43% alegaram que estavam satisfeitos, resultando num percentual de satisfação de quase 100%. Em contrapartida, 6,38% afirmaram estar pouco satisfeitos e 4,26% estavam insatisfeitos.

Quanto aos diretores e professores das escolas, 98,45% afirmaram que as aulas do PROERD auxiliam muito na formação dos alunos, criando mecanismos de defesa quanto ao uso de drogas ilícitas. Segundo a percepção de 53,03% deles, as aulas promoveram mudanças para melhor quanto ao comportamento dos alunos participantes.

Maior nível de satisfação foi demonstrado pelos alunos. Entre eles, 98,49% deles responderam que as aulas lhes foram úteis; 98,05% afirmaram que lhes ajudou a não se envolverem com drogas ilícitas; 99,35% afirmaram que conseguiram aprender os ensinamentos do instrutor e 90,87% afirmaram que comentaram sobre as aulas com parentes e amigos.

Do exposto, observa-se que, embora o Programa tenha fragilidades quanto a sua estrutura financeira e operacional, tem boa aceitação nas escolas. Os instrutores demonstram gostar do que fazem, os dirigentes das escolas gostam das aulas e há aceitação, absorção e envolvimento dos alunos com o Programa, a ponto deles passarem a divulgá-lo entre pessoas de sua convivência. Dentre as causas prováveis para a aceitação do Programa pelos alunos, podemos citar:

- A temática agrada aos instrutores pela afinidade com a causa social ou com o ato de ensinar, fazendo com que apliquem as aulas com boa didática e dedicação, e que os alunos absorvam os ensinamentos ministrados com facilidade.

- Quanto às escolas, o Programa tem boa aceitação porque auxilia o corpo docente na sua missão de formar cidadãos. Segundo os professores/diretores, a técnica produz resultados positivos nos alunos promovendo mudanças comportamentais.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Os efeitos decorrentes deste processo podem ser citados a) os alunos absorvem seu conteúdo com facilidade e ficam motivados em participar do Programa, além de serem sensibilizados quanto aos efeitos das drogas e da violência; b) influenciados pelas informações dos filhos, existe a tendência dos pais aderirem ao Programa; c) devido a aproximação da polícia com o aluno, seus pais e a escola, verifica-se melhora na percepção dos alunos quanto a atividade policial, ocasionando aproximação da polícia com a comunidade.

Por tudo exposto, sugerimos à Coordenação Geral do PROERD:

- Promover meios para que os instrutores continuem aplicando as aulas de modo a atingir os objetivos do Programa;
- Promover palestras internas ou externas, cursos de atualização ou de reciclagens para os instrutores de forma a mantê-los atualizados e incentivados;
- Manter o Programa nas escolas, haja vista a importância dele para a orientação e formação dos alunos atendidos;
- Continuar estimulando a aproximação polícia-aluno-comunidade; e
- Promover eventos para envolver os pais nas atividades, para que eles possam orientar seus filhos a não se envolverem com o uso ou tráfico de drogas ilícitas e nem com a violência.

Benefícios esperados:

- Instrutores satisfeitos e alunos orientados e aptos a evitar o uso e o tráfico de drogas.
- Redução do envolvimento com as drogas e com a violência entre os jovens nas comunidades atendidas.
- Aumento do número de alunos atendidos pelo Programa.
- Manutenção dos níveis de satisfação dos instrutores e alunos com o PROERD e possível redução de alunos envolvidos com as drogas ilícitas.
- Alunos e comunidade escolar com visão positiva sobre o PROERD.

2.3.3 Mudança positiva da percepção dos alunos quanto a imagem da PM

Além do combate à drogadição escolar, o PROERD tem como objetivo melhorar o relacionamento entre a comunidade e a polícia. É que, autorizada legal e socialmente a usar a força para reprimir situações que não deveriam acontecer, por vezes os policiais extrapolam as suas funções, criando conflitos nas comunidades onde atuam. Tais situações levam os policiais militares a transitar entre o que está instituído legalmente e o que é tolerado no meio social, fazendo com que a imagem da corporação seja sempre vinculada a ações violentas e amedrontadoras.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Diante deste quadro, a polícia precisa, cada vez mais, reconstruir sua imagem como autoridade aliada da comunidade, desmitificando o perfil do militar, unicamente ostensivo, que utiliza da força e da repressão com a população.

Os alunos das séries atendidas pelo PROERD são, em sua maioria, moradores de áreas onde o mundo do crime é realidade inconteste e por isso são alvo de interesse de grupos criminosos. Eis, portanto, a relevância do Programa, no sentido esclarecer e orientar os estudantes a se manterem longe das drogas e se livrarem do provável assédio que sofrerão. Quando os alunos passam a ter a presença de um policial na função de professor que os trata com afeto, ocorre a desmitificação da imagem repressora e violenta que eles trazem consigo.

Assim é que 55,56% dos diretores/professores afirmaram, nas respostas ao questionário, que antes da aplicação das aulas do PROERD os alunos temiam a polícia; 30,37% afirmaram que havia distanciamento da polícia com a comunidade e 16,30% disseram que eles não confiavam na polícia. Contudo, após a aplicação do PROERD, 82,96% dos diretores/professores respondentes afirmaram que a imagem que seus alunos tinham da PM melhorou muito.

A receptividade das escolas e alunos com os policiais instrutores pode ser percebida por essa auditoria, durante as visitas realizadas em algumas escolas onde as aulas do Programa ainda estavam sendo ministradas. Nas entrevistas ficou patente o tratamento de respeito dos instrutores para com os alunos e de satisfação destes para com o curso.

Essa mudança na percepção dos alunos em relação a PM é benéfica para a efetividade do PROERD, facilitando a interação e aumentando a confiança entre polícia/alunos/familiares/comunidade.

4 CONCLUSÃO

O Programa PROERD é uma ação do programa de governo Pacto Pela Vida, singular e sem comparativos no Estado quanto ao método de atuação e também pela boa aceitação nas escolas e pelo público alvo. Tem muita importância como auxílio à escola na formação do caráter e de consciência cidadã, pois além de ser voltado para atender o combate às drogas e à violência, atua na educação de base, implantando nas crianças e adolescentes valores morais e criando mecanismos de defesa contra as drogas e a violência, que contribuirão para a sua formação moral e intelectual.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

A avaliação da execução do programa, evidenciou aspectos positivos que devem ser preservados e incentivados pois favorecem o seu êxito, a exemplo de: i) predisposição dos instrutores para aplicar as aulas; ii) bom relacionamento entre eles e os alunos, criando vínculos afetivos necessários para que seja estabelecida uma relação de confiança entre ambos e, por extensão, com a comunidade envolvida, contribuindo para o êxito do Programa; iii) apoio e boa aceitação do PROERD nas escolas por diretores, professores e alunos, favorecendo a aplicação das aulas; iv) mudança positiva na imagem da PM em relação aos alunos, diminuindo a rejeição que estes nutrem em relação à polícia, além da grande aceitação do PROERD pelos alunos e por seus pais, segundo opinião dos representeantes das escolas. Destaca-se, ainda, o efeito multiplicador da técnica, através dos alunos atendidos, devido a identificação deles com o Programa.

Apesar dos aspectos positivos, falta ao PROERD aprimoramentos institucionais e operacionais para que possa realizar as suas atividades de forma regular. O Programa apresenta deficiências a exemplo da falta de recursos financeiros, humanos, carência de material didático para aplicar as aulas (cartilhas), falta de instrutores e de cursos de treinamento de pessoal, de sala própria, de móveis e utensílios, de meios de locomoção para o instrutor nos deslocamentos para as escolas.

Sem dúvida, a falta de recursos financeiros contribui fortemente para o comprometimento das atividades na Bahia, fazendo com que sua operacionalização fique na dependência de contribuições de entidades públicas e privadas das localidades onde as aulas são ministradas, interferindo na autonomia do policial instrutor, ou sob risco de interromper o ciclo de aulas do Programa.

Diante deses fatos, recomendamos que o Comando da Polícia Militar com a Coordenação Geral envide todos os esforços no sentido de corrigir as deficiências incorporadas nesse relatório e relacionadas resumidamente a seguir, com nossas recomendações.

Achados e recomendações desta auditoria quanto ao PROERD

2.1.1 Recursos Financeiros

2.1.1.1 Insuficiência de recursos financeiros para desenvolver as atividades do PROERD

2.1.2 – Recursos Humanos

2.1.2.1 Insuficiência de instrutores para atender a demanda de atividades do Programa

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

2.1.3 Recursos Materiais

2.1.3.1 O PROERD não vem disponibilizando os recursos materiais, técnicos e mobiliários em tempo e quantidade necessários para os instrutores aplicarem todos os currículos.

2.1.3.2 Insuficiência de informações disponíveis nos controles internos do PROERD

2.2 Cobertura do Programa

2.2.1 Falta de normatização para a seleção das escolas a fim de seguir o critério de priorizar áreas de risco quanto ao consumo de drogas

2.2.2 Pouca articulação do PROERD com outros órgãos da estrutura visando angariar benefícios ou recursos para o Programa

2.2.3 Os procedimentos usados para divulgação do PROERD na comunidade escolar estão centralizados na PM

2.2.4 Currículo para pais não é aplicado regularmente pelos instrutores

2.3.2 Monitoramento e Avaliação do Programa

2.3.2.1 Ausência de planejamento institucional e fixação de metas para avaliar a eficiência e eficácia do Programa.

2.3.2.2 Boa aceitação do Programa pelos diretores/professores das escolas, instrutores e alunos

2.3.2.3 Mudança positiva da percepção dos alunos quanto a imagem da PM

As sugestões propostas quanto as falhas e deficiências encontradas foram:

- Disponibilizar recursos financeiros para as atividades do PROERD e
  Avaliar a possibilidade de incluir dotação/atividade específica para os gastos com o PROERD no orçamento anual da PM ou repassar adiantamento de recursos para as unidades executoras do Programa.
- Envidar esforços no sentido de melhorar a remuneração do policial instrutor do PROERD, bem como reconhecer os trabalhos prestados, após avaliação periódica, registrando em seu prontuário para efeito de futura promoção;
- Identificar potenciais fontes de recursos que possam financiar ações do Programa, a exemplo da intensificação de parcerias públicas e privadas para captação de recursos e
- Identificar os motivos que acarretaram atrasos nos pagamentos de honorários aos instrutores do Programa, promovendo meios para regularizar as pendências e efetuar repasses tempestivamente aos instrutores
- Desenvolver mecanismos para atração de novos instrutores e valorização da atividade na Corporação;
- Realizar troca de experiências entre Coordenação Geral do PROERD e as de outros Estados, de forma a conhecer boas práticas adotadas por estas Unidades;

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

- Promover campanha interna na Corporação para mostrar a importância do trabalho preventivo que o PROERD proporciona, despertando o interesse de potenciais instrutores;
- Realizar levantamento periódico de demanda de cursos; e
- Elaborar e implantar uma programação anual para capacitação dos instrutores.
- Realizar troca de experiências entre Coordenação Geral do PROERD e as de outros Estados, de forma a conhecer boas práticas adotadas por estas Unidades;
- Realizar encontros com os instrutores que atuam no Estado para troca de experiências internas;
- Envidar esforços conjuntos para disponibilizar espaço físico e infraestrutura logística necessária ao bom desempenho do PROERD nas unidades da PM, (salas e móveis adequados ao trabalho dos instrutores);
- Viabilizar todos os meios necessários para o deslocamento dos instrutores bem como material para as aulas e reforço (dupla de apoio) para aqueles que estarão em escolas localizadas em áreas de maior risco;
- Avaliar, em conjunto com o Comando Geral, a viabilidade de disponibilizar recursos financeiros para realizar a formatura, complementando os valores arrecadados com parcerias;
- Intensificar parcerias com entes privados e outros órgão do Estado (Secretaria de Educação, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e Ministério Público do Estado) ou da União , a exemplo da Secretaria Nacional de Segurança pública (SENASP) para captação de recursos ou troca de informações;
- Implementar sistema informatizado com banco de dados que possibilite armazenar dados, de maneira regular e tempestiva, sobre as atividades do Programa, de forma que permita extrair informações e relatórios que subsidiem o planejamento, acompanhamento e monitoramento do PROERD nas diversas OPMs.
- Estabelecer critérios objetivos para seleção das áreas de risco e escolas a serem atendidas, baseados no zoneamento elaborado a partir das estatísticas de ocorrências de crimes e experiências das Unidades Operacionais envolvidas.
- Obter dados das escolas a serem atendidas a partir de parceria junto às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e OPMs locais, a fim de dar maior eficiência no Planejamento.
- Estabelecer de metas físicas para ações do Programa, a fim melhor monitorar seu desempenho.
- Realizar estudos visando firmar termos ou parcerias a fim de atender as necessidades do programa aumentando a eficiência do Programa.
- Promover ações para diversificar os meios de divulgação do Programa (inclusive nas Unidades da PM), e de suas ações para a comunidade escolar e a sociedade.

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

- Institucionalizar o PROERD tornando-o uma ação preventiva relevante da PM para o combate ao uso e tráfico de drogas.
- Adotar medidas para que o Currículo PROERD para Pais seja aplicado, devido a sua importância para a finalidade do Programa.
- Prover o PROERD de estrutura administrativa conforme previsto na Portaria 38, e criar um banco de dados em um programa informatizado, para acompanhar e monitorar as ações do Programa, conforme já sugerido em item anterior e conforme dispõe a Portaria 38 que o regulamenta.
- Verificar a possibilidade de fazer o acompanhamento dos alunos, pós PROERD, no sentido de verificar a incidência de consumo ou tráfico de drogas pelos alunos instruídos, durante a permanência de cada um na respectiva escola.
- Promover meios para que os instrutores continuem aplicando as aulas de modo a atingir os objetivos do Programa;
- Promover palestras internas ou externas, cursos de atualização ou de reciclagens para os instrutores de forma a mantê-los atualizados e incentivados;
- Manter o Programa nas escolas, haja vista a importância dele para a formação do aluno e continuar estimulando a aproximação polícia-aluno-comunidade, e
- Promover eventos para envolver os pais nas atividades, para que eles possam orientar seus filhos a não se envolverem com o uso ou tráfico de drogas ilícitas e nem com a violência.

Salvador, 30 de Junho de 2016.

Antônio Luiz Carneiro
Coordenador de Controle Externo

André Luis de Paula Carneiro
Gerente de Auditoria

Carlos Alberto de Jesus Nunes
Gerente de Auditoria

Ariadne Monteiro de Lima
Agente de Controle Externo/

Daise Barbosa
Agente de Controle Externo/
Líder de Auditoria

Elizene Alves da Silva
Auditor Estadual de Controle Externo/
Líder de Auditoria

Mardilli de Angelis Baqueiro Costa
Auditor Estadual de Controle Externo

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	
Tabela 1	Apuração do IHA Por Regiões Brasileiras – ano 2012
Tabela 2	Distribuição do IHA pelas Unidades da Federação/Brasil
Tabela 3	Ranking dos 20 municípios com mais de 200 mil habitantes, segundo o IHA apurado - ano 2012
Tabela 4	Quantitativos de escolas e alunos atendidos pelo PROERD de 2003 a 2015
Tabela 5	Municípios visitados onde foram aplicados questionários pela Auditoria
Quadro 1	Municípios visitados e aplicados questionários pela Auditoria
Quadro 2	Divergências entre documentos apresentados
Quadro 3	Consultas possíveis pelo Sistema de Controle do PROERD MG
Gráfico 1	Abrangência do PROERD nas escolas baianas período de 2003 a 2015
Gráfico 2	Alunos abrangidos pelo PROERD nas escolas baianas período de 2003 a 2015
Gráfico 3	Divulgação do PROERD centralizada na PM
Figura 1	Logomarca do PROERD
Figura 2	Leão Daren, mascote do PROERD
Figura 3	Capa de uma cartilha para o 5º ano – metodologia antiga
Figura 4	Capa de cartilha para o 5º ano – metodologia atual, denominada “Caindo na Real”
Figura 5	Modelo de um convite para formatura
Figura 6	Modelo de um certificado de conclusão do curso
Figura 7	Modelo de uma camisa distribuída aos alunos do PROERD na formatura
Figura 8	Formatura do PROERD realizada em Senhor do Bonfim
Figura 9	Gráfico da evolução do índice de homicídios vitimando adolescentes segundo as regiões geográfica do Brasil – de 2005 a 2012
Figura 10	Cartaz usado na aplicação do currículo para a educação infantil
Figura 11	Mapa da Violência
Figuras 12 e 13	Cobertura PROERD na Bahia X Mapa da Violência, destacando os municípios baianos
Figura 14	Foto de uma carta de ex-aluna do PROERD, apresentada ao final do curso, onde ela afirma que ajudou um amigo que estava envolvido com droga

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
SIGLA	**SIGNIFICADO**
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e Adolescente
CIPM	Companhia Independente da Polícia Militar
CONAD	Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas
CG	Comando Geral (da PM)
D.A.R.E.	Drug Abuse Resistance Education
DE	Departamento de Ensino
FUNAD	Fundo Nacional Anti Drogas
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
IEP	Instituto de Ensino e Pesquisa
OPM	Organização Policial Militar
PPA	Plano Plurianual de Aplicação
PPV	Programa Pacto pela Vida
PM	Polícia Militar
PMBA	Polícia Militar do Estado da Bahia
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PRVL	Programa de Redução da Violência Letal
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SWOT	O termo **"SWOT "** é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Análise **SWOT** ou Análise **FOFA**
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

LISTA DE ANEXOS	
ANEXO 1	Quadros 1 e 2 referentes à relação de pendências das solicitações nº 2 e 3, respectivamente
ANEXO 2	Portaria 38 – CG/2007 – institui o PROERD
ANEXO 3	Decreto 2.817 de 10/12/2009 Dispõe sobre o PROERD de Santa Catarina

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.
Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4

Quadro de Assinaturas

Este documento foi assinado eletronicamente por:

Antonio Luiz Carneiro
Coordenador de Controle Externo - Assinado em 05/07/2016

Ariadne Monteiro de Lima
Agente de Controle Externo - Assinado em 05/07/2016

Andre Luis de Paula Carneiro
Gerente de Auditoria - Assinado em 05/07/2016

Daise Barbosa
Auditor Estadual de Controle Externo - Assinado em 05/07/2016

Carlos Alberto de Jesus Nunes
Gerente de Auditoria - Assinado em 05/07/2016

Elizene Alves da Silva
Auditor Estadual de Controle Externo - Assinado em 05/07/2016

Mardilli de Angelis Baqueiro Costa
Auditor Estadual de Controle Externo - Assinado em 05/07/2016

Sua autenticidade pode ser verificada através do endereço http://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: Y5NJU1NTM4